

Universidade Eduardo Mondlane



Trabalho para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia

**Extensão Rural: Um estudo de caso no
distrito de Magude**

Licenciando: BOOK SAMBO

Supervisor: Prof. Doutor Elisio Macamo

Co - Supervisor: Prof. Doutor José Castiano

Maputo 03. 09. 2003

Sumário

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
INTRODUÇÃO	4
JUSTIFICAÇÃO	9
PROBLEMATIZAÇÃO	11
OBJECTIVOS	14
1.1.1.1 OBJECTIVO GERAL	14
1.1.1.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	15
HIPÓTESES	15
• QUANTO MAIS SE LEVAR EM CONTA AS OUTRAS FACETAS OU COMPONENTES DA EXTENSÃO RURAL (A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA; A DESCENTRALIZAÇÃO; A COORDENAÇÃO INTERSECTORIAL; E A PESQUISA-ACÇÃO SISTEMÁTICA) DURANTE A EXTENSÃO AGRÍCOLA, MAIOR É A POSSIBILIDADE DE CHEGAR AO DESENVOLVIMENTO RURAL.	15
METODOLOGIA	15
ENFOQUE TEÓRICO	16
<i>FONTES A UTILIZAR</i>	18
<i>RECOLHA DO MATERIAL</i>	18
<i>TEMA</i>	18
<i>MODELO DE ANÁLISE</i>	19
<i>CAMPO DE ANÁLISE</i>	20
REVISÃO DA LITERATURA.....	21
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	25
SITUAÇÃO GERAL DO DISTRITO DE MAGUDE.....	28
BREVE HISTORIAL DA EXTENSÃO RURAL EM MAGUDE	30
CAPÍTULO III	35
A EXTENSÃO RURAL	35
A NOÇÃO DE EXTENSÃO RURAL.....	38
A EXTENSÃO RURAL E A EXTENSÃO AGRÍCOLA	41
A RELAÇÃO ENTRE OS MEIOS E OS FINS NA EXTENSÃO RURAL	44
CAPÍTULO IV	49
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

ANEXOS	62
GUIÃO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	62
ÁS COMUNIDADES LOCAIS	62
<i>Saber como os camponeses avaliam a extensão rural.....</i>	<i>63</i>
<i>Saber se existe o método participativo no acto da Extensão Rural.....</i>	<i>63</i>
AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	66
PROGRAMA DE TRABALHO DE CAMPO	69
<i>EM QUE VAI CONSISTIR</i>	<i>69</i>
<i>COMO?</i>	<i>69</i>
<i>QUANDO ?</i>	<i>70</i>
<i>RESULTADOS ESPERADOS</i>	<i>70</i>
<i>MODO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....</i>	<i>71</i>

Declaração

Declaro por minha honra, que este trabalho, em nenhum momento foi apresentado como dissertação para obtenção de qualquer grau académico. Ele é fruto do meu esforço, sacrifício e empenho.

Dedicatória

Em primeiro lugar dedico este trabalho aos meus pais: Maria da Graciette Livino e Chico Sambo. Foi de vós que eu vim ao mundo. Este trabalho é a vossa conquista e vitória ao mesmo tempo. Se dependesse só de nós, eu diria que isto é só o começo.

Em segundo lugar, dedico este trabalho à todos os que foram sancionados e chamados de loucos, por quererem dizer a verdade.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Deus que me deu forças, energias e inspiração para que se concretizasse o meu projecto. Em segundo lugar quero agradecer aos meus supervisores, muito especialmente ao Dr. Elísio Macamo que sempre se mostrou disposto em me dar apoio do qual necessitava para a minha dissertação, pese embora tivesse muitas outras ocupações. Obrigado pelo encorajamento que me deu na altura em que começava a ficar desesperado.

Quero também agradecer ao Sr. Zeca Mizé – um extensionista a trabalhar em Magude – que me deu muito apoio durante o período em que fazia o trabalho de campo. Lembro-me que foi graças a ele que conheci o primeiro CDR (Campo de Demonstração de Rendimentos).

Não me esqueço do dr. Salim Valá que me inspirou na escolha do tema presentemente investigado. Tudo começou na cadeira de Seminário de Pesquisa na qual foi meu docente no ano lectivo 2000/2001.

Agradeço à minha grande amiga Eunice Taíbo que sempre se interessou em superar as demais dificuldades que enfrentei durante os cinco anos de faculdade.

Os meus agradecimentos estendem-se ainda à todos os que directa ou indirectamente contribuíram positivamente na concretização deste trabalho. E que por serem muitos não haveriam páginas suficientes para escrever todos os seus nomes.

À todos, que Deus vos abençoe. Ámem.

Capítulo I

Introdução

Nesta introdução começaremos por apresentar a definição de Extensão Rural, de seguida faremos a contextualização da tese e a apresentação da sua estrutura. Depois apresentaremos o historial da Extensão Rural. O objectivo desta estrutura é de facilitar o acompanhamento do nosso fio de pensamento com vista a tornar mais compreensível a ideia que pretendemos transmitir. Fora desta estruturação seria difícil um acompanhamento regular das nossas ideias.

Segundo Hawkins (1994) - um perito em Sociologia Rural -, a Extensão Rural é um sistema de ensino apostado na difusão de conhecimentos à comunidade rural. Assim sendo, ela pode usar várias estratégias como por exemplo as que abaixo se seguem:

Extensão formativa - visa resolver os problemas de uma maneira interactiva e considerável em que os clientes sejam capazes de resolver por si mesmos os seus problemas .

Extensão agrícola - é o principal vector da penetração de novas tecnologias no mundo rural de modo a garantir uma significância nas inovações agrícolas.

Extensão persuasiva - não muito diferente da Extensão Informativa- está subordinada a sensibilização dos indivíduos e da comunidade em geral a tomarem determinadas atitudes perante uma certa situação.

Esta é a percepção do conceito de Extensão Rural com a qual nos identificamos, e que norteará todo o trabalho.

Moçambique é um país que tem uma economia rural essencialmente virada para a agricultura. Segundo um relatório do PROAGRI,

o sector agrário em Moçambique, emprega mais de 80% da população, participando com cerca de 40% do Productio Interno Bruto e cerca de 60% da receita das exportações.

A produção agrária é realizada por dois sectores principais: o sector empresarial e o familiar. Este último é constituído por cerca de 2.5 milhões de famílias que exploram cerca de 90% da área cultivada do país...

PROAGRI (2000)

Nesta tese analisamos a aplicação da Extensão Rural no distrito de Magude, pois que ela destaca o carácter agrícola da economia rural moçambicana. Daremos destaque ao facto de,

em Moçambique, se ter sempre privilegiado a agricultura como motor do desenvolvimento¹; e como tal, notaremos que se adoptou a Extensão Rural como meio mais adequado para o efeito. Contudo, veremos que o conceito de Extensão Rural parece-nos muito limitado na maneira como o Governo o encara; julgamos ser limitado na medida em que se refere apenas a um aspecto, nomeadamente a Extensão Agrícola. Mais adiante vamos produzir provas que elucidam o que foi anteriormente delineado.

Este trabalho está dividido em quatro partes, dispondo-se da seguinte maneira:

Primeira parte - Introdução e questões metodológicas (objectivos, hipóteses, questão de partida, problematização, quadro teórico, e a justificação); nesta parte faremos uma apresentação dos aspectos metodológicos gerais que orientaram o presente trabalho.

Segunda parte - Revisão bibliográfica e Apresentação dos resultados; nesta parte apresentaremos o que já foi escrito sobre a temática ora em estudo, de seguida faremos a exposição dos dados colhidos durante o trabalho de campo.

Terceira parte - Análise dos resultados; esta parte estará reservada ao desenvolvimento do nosso argumento e finalmente, na última parte apresentarmos as conclusões gerais do trabalho.

Vamos começar por fazer um historial da Extensão Rural, dado que faz parte da introdução; para depois prosseguirmos com os outros itens da primeira parte. Neste breve historial vamo-nos apoiar basicamente em três documentos. No primeiro procuramos a origem do conceito de *Extensão*, no segundo documento produzido pela FAO (na pessoa de Swanson) procuramos compreender a Extensão Rural no Terceiro Mundo, e no último documento, escrito por Luís Augusto - um técnico do MADER – procuramos expor o historial da Extensão Rural em Moçambique.

De acordo com Adams (1982), o termo Extensão foi inicialmente usado em conexão com a educação há cerca de 100 anos. O termo *Extensão* era então usado pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, para descrever o método de difusão de conhecimentos, às populações que viviam ao seu redor. O pioneiro deste sistema foi Richard Moulton, conferencista em literatura. Ele e os seus companheiros viajavam de cidade em cidade ensinando adultos, que devido ao seu emprego nas fábricas e escritórios viam-se impossibilitados de receberem uma educação formal nas universidades. Embora a primeira

¹ Vide Programa Agrícola de Cooperação Nórdico-Moçambicana; Maputo, Fév. De 1984; República de Moçambique; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; PROAGRI; Programa Sectorial de Investimento Público; PAAO – 2001; *Componente Extensão Rural*; Maputo; Setembro de 2000

Extensão não tivesse ligações com a agricultura, ela caracterizava-se por quatro elementos comuns aos modernos programas de Extensão Agrícola.

1. O conhecimento por ser difundido;
2. O povo a ser servido;
3. A organização central de Extensão;
4. O extensionista ou o homem de contacto

O termo Extensão Agrícola é originário dos Estados Unidos da América. Até 1914, os professores universitários convocavam conferências para o público em geral, a que era vulgarmente denominada dissertação extensiva. Mas com a passagem do *Smith-Lever Act*² naquele ano, o termo (Extensão) passou a ser vulgarmente usado para designar a educação não formal dada às comunidades de agricultores. O propósito do acto era de ajudar a difundir informações úteis e práticas aos agricultores e aos seus familiares, em assuntos relacionados com a agricultura e a economia doméstica. As universidades estatais, as faculdades, vulgarmente denominadas faculdades de concessão de terras, estavam engajadas na pesquisa, treinamento, e avaliação.

Em relação ao historial da Extensão Rural nos países do III Mundo, um estudo levado a cabo pela FAO traz-nos a seguinte informação:

O desenvolvimento das Organizações de Extensão Rural nos países do III Mundo, foi em grande medida um fenómeno do pós independência, e deu-se principalmente após a 2ª Guerra Mundial. [...] A introdução das organizações de Extensão Rural nos países africanos deu-se um pouco mais tarde, tendo a maioria sido criada entre os anos 60 e 70. (Swanson e Rassi: 1981).

Na maior parte dos países do III Mundo, a criação generalizada das organizações de Extensão Rural foi realizada através da assistência externa, particularmente da parte dos Estados Unidos. [...] Como na altura da independência poucos países do III Mundo possuíam escolas ou universidades agrícolas, em quase todos eles a Extensão Rural foi

² Estabelecido em 1914, o Smith-Lever Act foi um sistema educacional que funcionava sob a forma de Extensão Cooperativa. Esta Extensão Cooperativa foi projectada como uma sociedade ou consórcio que envolvia o Departamento norte-americano de Agricultura e as várias universidades de concessão da terra. Para mais informações consulte as seguintes fontes bibliográficas:

www.ifas.ufl.edu/ls_grant/smith.htm

www.alabamamoments.state.al.us/sec41.html

www.higher-ed.org/resources/smith.htm

atribuída ao Ministério da Agricultura, e não a uma escola agrária como nos Estados Unidos.

(Swanson: p.5-6)

Segundo Swanson, actualmente, a maior parte dos países do Terceiro Mundo possui algum tipo de organização de Extensão, mas a experiência destas organizações não tem sido muito satisfatória.

Muitos países doadores têm manifestado frustrações ao tentar melhorar estes sistemas. Esta frustração consta dum recente relatório preparado por Clifford Wharton Jr. (1983, p.11), presidente da State University of New York (Universidade Estadual de Nova York) e ex-presidente da Board for International Food and Agricultural Development (Junta para o Desenvolvimento Internacional da Agricultura e da Alimentação), a entidade que fornece a orientação de política agrícola para a United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-USAID):

Se há um sector no qual temos recolhido os maiores insucessos, é o da criação de modelos que justifiquem os custos e sejam eficientes para a transferência de novos conhecimentos técnicos e científicos aos milhões e milhões de produtores rurais do Terceiro Mundo. Sabemos como utilizar as forças criativas e inventivas da ciência e da tecnologia na guerra contra a fome, mas afirmo que ainda não tivemos pleno êxito na difusão da tecnologia.

Clifford Wharton Jr. (1983, p.11) citado por Swanson (pp 5-6)

No caso específico de Moçambique, podemos subdividir a história da Extensão Rural em dois grandes períodos; o período colonial, e o pós - independência.

No período colonial embora com alguns objectivos dirigidos para o apoio ao sector familiar camponês a extensão também prosseguia outros relacionados com a *defesa* do sistema de governação na altura. A sua base de funcionamento assentava principalmente em postos de extensão agrária sediados, salvo o erro, na Direcção dos Serviços de Agricultura e florestas (DSAF).

Após 1974 e até a actualidade o processo sofreu várias alterações/modificações todas elas dependentes do sistema político e económico que se pretendia implementar.

Numa primeira fase, ou seja no período compreendido entre 1977 e 1984 as prioridades de apoio ao sector agrário foram dirigidas principalmente às empresas estatais e cooperativas. À partir de 1985 e com base nos resultados do 4º Congresso do Partido FRELIMO (1984), uma das directivas económicas dirigidas para o sector agrário foi a prioridade de apoio ao sector familiar, cooperativo e privado. Para o efeito decidiu-se a criação de um serviço de apoio (Extensão Rural), ligado ao MINAG (DNDR), o qual começou a tomar forma em 1986 com a criação da DNDR e a realização do I Seminário Nacional de Extensão Rural. À partir daí o processo foi crescendo até a situação que se vive actualmente.

Augusto, L. (1994)

Segundo algumas monografias do Ministério da Agricultura³ a Extensão Rural do pós - Independência, subdivide-se em duas fases principais: o período de dominação da ideologia marxista e o período da liberalização. No primeiro período, que se seguiu a independência, as atenções do Governo estavam viradas para o sector cooperativo, o sector privado, e o estatal (no qual deu origem as empresa agrícola de Magude, ao regadio de Chókwè, etc). As estratégias do segundo período foram traçadas e organizadas no 4º Congresso do Partido FRELIMO em 1984, e só começaram a ser implementadas em 1987, altura em que arranca o segundo período da Extensão Rural do pós - independência. Neste período as atenções do Governo estavam viradas para o sector familiar. (Augusto, L. : 1994)

Citando um relatório do PROAGRI: “a Extensão Agrícola, como serviço do Ministério da Agricultura, iniciou-se em 1987 (*no segundo período⁴ da Extensão Rural do Moçambique independente*) com algumas redes piloto. Actualmente, a Extensão Agrária⁵ existe em todas dez províncias do país através dos Serviços Provinciais de Extensão Rural (SPER) com aproximadamente 700 extensionistas, localizados em 52 Distritos.”

O processo de mudanças que influenciou na evolução da Extensão Rural em Moçambique pós independente, passou pela criação do Gabinete de Organização e Desenvolvimento das

³ Augusto, L. (1994) *A Extensão Rural em Moçambique: Breve historial*; Moçambique

⁴ Sublinhado meu.

⁵ O conceito de Extensão Agrária usado pelo MADER equivale ao nosso conceito de Extensão

Cooperativas Agrícolas (GODCA); Departamento de Desenvolvimento Rural (DDR); até a actual Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR). As mudanças acima mencionadas foram perpetradas pelo Governo, com vista a promover o bom desempenho das suas actividades, atingindo plenamente os seus objectivos. Estas mudanças ocorriam assim que os organismos criados para o Desenvolvimento Rural não funcionassem segundo as expectativas governamentais. Para uma melhor compreensão do conceito de Desenvolvimento Rural, mais adiante faremos a operacionalização do mesmo. Mas de uma maneira geral, deverá ser entendido como o melhoramento sócio-económico do meio rural, de maneiras que o habitante rural tenha acesso ao ensino, a informação (pelos *mass media*); uma dieta alimentar equilibrada; vestuário condigno etc.

Acabamos de introduzir as ideias que nortearam a presente dissertação. Como vimos ela subdivide-se em três partes: a primeira parte consiste na apresentação da noção teórica do conceito de Extensão Rural; na segunda parte fazemos a contextualização do assunto a ser abordado bem como a apresentação da sua estrutura; e finalmente apresentamos o historial da Extensão Rural. Na parte que se segue a esta, falaremos da população rural moçambicana. Veremos que ela ocupa o maior número do total da população moçambicana, e coincidentemente é o grupo que vive a pobreza absoluta no país, facto este que nos levou a escolher o tema desta dissertação.

Justificação

Nesta secção, vamos falar em primeiro lugar da população que habita o meio rural moçambicano, para de seguida debruçarmo-nos sobre a questão da pobreza absoluta. O nosso objectivo é justificar a escolha deste tema.

Do total da população moçambicana, mais de 70% vive nas zonas rurais⁶. E dentre o total da população rural, podemos afirmar que uma boa parte dela dedica - se a agricultura de subsistência. É também nas zonas rurais onde se encontram pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta.

Agrícola.

⁶ CONSELHO DE MINISTROS (2000) Abordagem de Desenvolvimento rural em Moçambique; Maputo

Segundo o Ministério de Plano e Finanças (MPF; 1998), pobreza é a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para sua subsistência.

Há condições básicas mínimas identificadas com linha de pobreza. A linha de pobreza nacional em Moçambique é estimada em 5.433,00MT por pessoa e por dia; ou seja, cerca de meio dólar americano ao câmbio de 1997 --11.395,00MT/USD. Esta linha de pobreza em Moçambique é definida como a soma de linha de pobreza alimentar e não alimentar tendo sido ajustada a diferenças regionais no custo de vida e preços ao consumidor prevalecentes em Abril de 1997, o último mês do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares 1996/97

(MF - IFPRI, 1998).

A Extensão Rural é um dos programas do Governo que visa reduzir a pobreza absoluta, e acima de tudo visa impulsionar o Desenvolvimento Rural através do combate à fome. Vários estudos (como por exemplo as teses de licenciatura dos estudantes da UEM) feitos sobre a Extensão Rural, debruçam-se sobre a perspectiva agronómica, limitando – se, portanto, no âmbito descritivo do processo.

Por haver um défice de estudos sociológicos na área de Extensão Rural em Moçambique, achamos conveniente dar um contributo na área. Este défice verifica-se particularmente pelo facto de em Moçambique achar-se que a Extensão Rural é um assunto puramente técnico-agronómico, e que portanto não é pertinente para uma análise sociológica. O mesmo não acontece para temas ligados às questões de género; estratificação social; estigma; interacionismo simbólico, etc. Um exemplo que podemos dar, está ligado aos estudos feitos pelo CEA (Centro de Estudos Africanos). A maior parte deles, estão ligados às temáticas anteriormente delineadas.

Sociologicamente, podemos colocar a questão da relação existente entre a Extensão Rural e o Desenvolvimento Rural como uma questão de meios e fins. Neste sentido, colocamos a questão de saber até que ponto a Extensão Rural constitui o meio mais adequado para se alcançar o fim chamado Desenvolvimento Rural. Não se está querendo afirmar que o estudo da relação meios-fins é o monopólio da Sociologia; pois a Agronomia também estabelece esta relação. A diferença é que a abordagem agronómica não problematiza os factos tal

como acontece na sociologia.

Como vimos, a maior parte da população moçambicana vive no meio rural, sendo esta a que vive abaixo da linha média da pobreza. Uma grande parte desta população dedica-se a agricultura de subsistência. Apesar dos esforços encetados pelo Governo, no sentido de mitigar esta situação, parece-nos que os resultados são até ao momento irrisórios. Isto associa-se ao facto de existirem poucos estudos sociológicos na área da Extensão Rural. Estes foram os motivos que justificaram a escolha do tema em questão.

Seguidamente iremos apresentar os esforços evidenciados pelo Governo no sentido de incentivar o Desenvolvimento Rural, para depois analisarmos esta atitude segundo a compatibilidade entre meios e fins.

Problematização

Neste item, começaremos por apresentar o que o Governo faz para chegar ao Desenvolvimento Rural. De seguida, analisaremos a sua estratégia segundo o critério de compatibilidade entre meios e fins. O nosso objectivo é portanto, problematizar a prática da Extensão Rural em Moçambique, no caso específico do distrito de Magude.

Num estudo que se pretende levar a cabo sobre a Extensão Rural, poder-se-á observar que dentre as várias estratégias de Extensão Rural, [Segundo Ban et al (1994), para além da Extensão Agrícola, as outras estratégias de Extensão Rural são nomeadamente: a Extensão Formativa, Extensão Persuasiva, e a Extensão Informativa.] o governo moçambicano privilegiou a Extensão Agrícola. Tal como acontece em Magude, o mesmo verifica-se noutros pontos do país como o seguinte trecho nos pode mostrar:

Nas 5 redes existentes na Província (nos Distritos de Lichinga, Sanga, Majune, Mandimba, e Cuamba), os Serviços Provinciais de Extensão Rural assistiram cerca de 354 grupos de Camponeses num total de 5.913 camponeses o que corresponde a um crescimento na ordem de 6,5 % em relação ao mesmo período do ano passado.

Ainda no âmbito das actividades programadas para o trimestre o sector realizou durante 5 dias ensaios *on-farm* de pacotes completos

de variedades de mapira, milho, 9 variedades de mandioca nas unidades de Muangata e Meponda respectivamente⁷.

No âmbito do presente estudo, pretendemos efectuar a análise da relação existente entre a Extensão Rural (como um meio) e o Desenvolvimento Rural (como um fim).

Neste ensaio, procuramos processar uma análise na base de duas variáveis principais: a Extensão Rural (variável independente) e o Desenvolvimento Rural (variável dependente); onde a Extensão Rural é um meio pelo qual procura atingir um fim - o Desenvolvimento Rural.

A seguir passamos a citar um pequeno trecho resultante do Terceiro Seminário Nacional de Extensão Rural, no qual mais uma vez se confirma que sob o lema Extensão Rural, o Governo empenha-se na Extensão Agrícola como meio para se chegar ao Desenvolvimento Rural. De seguida confrontaremos o posicionamento do Governo com a relação de causalidade entre os meios e fins.

De 17 a 22 de Junho realizou-se em Maputo o III Seminário Nacional de Extensão Rural com o objectivo final de contribuir para uma melhor implantação do Sistema Nacional de Extensão Agrária. [...]

Não se pretende que as recomendações sejam uma lei ou mesmo norma de actuação. Pretende-se sim que o debate seja continuado em todos os níveis e que a implementação no concreto seja feita de uma maneira suficientemente flexível para permitir a sua adaptação ao terreno.

Assim, julgamos poder contribuir para criar uma unidade de pensamento e de acção sobre a *Extensão Agrária, questão muito importante para o Desenvolvimento Rural do país*⁸.

Depois de exposto o posicionamento do Governo em relação aos meios que usa para atingir o fim da Extensão Rural - o Desenvolvimento Rural - gostaríamos de recorrer a Weber para

⁷ República de Moçambique; Província do Niassa; Direcção Provincial de Agricultura e desenvolvimento Rural; *Relatório do primeiro Trimestre 2000*; Lichinga; Abril de 2000; p. 1-3

⁸ Os caracteres em itálico são o nosso sublinhado. In. Ministério da Agricultura; Serviços de Extensão Agrária; III Seminário Nacional de Extensão Agrária: Constatações e Recomendações; (s.l); Junho de 1991. Para uma melhor compreensão do contraste, recomenda-se uma confrontação com o conceito de Tetra Extensão que apresentamos mais adiante.

apresentarmos a nossa questão de partida. Para o efeito, faremos referência à sua teoria da acção por acharmos mais adequada na análise do fenómeno em estudo.

Parafraseando Weber, qualquer análise reflexiva que diz respeito aos elementos últimos da actividade humana está, em princípio, ligada às categorias do "fim" e dos "meios" [...] Em primeiro lugar, o mais directamente acessível a um estudo científico é a questão da conveniência dos meios em face dos fins dados (Weber: 1991;5). Assim sendo, colocaríamos a seguinte questão de partida: *Até que ponto a Extensão Rural (mal ou bem implementada) contribui positivamente para o Desenvolvimento Rural?*

Esta questão surge na medida em que o Governo concebeu como fim último da Extensão Rural, o Desenvolvimento Rural. A nossa preocupação com esta pergunta, é de compreender em que medida se processa a relação entre meios e fins. A preocupação aumenta por se partir do pressuposto segundo o qual, o Governo tem uma visão problemática do conceito de Extensão Rural.

No caso de Moçambique, é curioso o facto de se ter escolhido necessariamente a Extensão Agrícola como o meio mais adequado para o Desenvolvimento Rural, dado que na altura da tomada dessa decisão o país vivia a guerra civil. É claro que muitas vezes o Governo diz estar a fazer a Extensão Rural enquanto na realidade aparenta estar fazendo a Extensão Agrícola. Assim sendo, os considerados campos de cultivo eram autênticos campos de batalha, constantemente minados durante a passada guerra civil. Poder-se-ia questionar por exemplo: Sabendo o Governo, que o país estava em guerra, o que é que foi feito para que a Extensão Agrícola fosse conduzida seguramente?

Para responder a questão anteriormente levantada será necessário um estudo minucioso do caso. Entretanto Aruna Bagchee (1994) o autor de *Agricultural Extension in Africa*, afirma que a importância da agricultura para a economia africana foi posteriormente apresentada num documento⁹ em Abidjan pelo Sr. Kevin Cleaver (Director do Departamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural no Banco Mundial¹⁰). Afirmava Bagchee (idem) que a agricultura constituía a principal ocupação da maior parte da população africana. A agricultura constituía então o maior sector produtivo em África contribuindo com uma média de 32% do PNB (Produto Nacional Bruto) em cada um dos países. Moçambique tal como os demais países do Terceiro Mundo dedica-se mais às actividades do sector primário (a pesca,

⁹ Cleaver, K. (1993) *A strategy to Develop Agriculture in Sub-Saharan Africa and a focus for the World bank*; Africa Technical Department. Washington; DC; World Bank

¹⁰ www.ruralforum.info/papers/Cleaver4En.pdf

a agricultura, e a caça), dando maior realce a agricultura. Muito provavelmente seja esta a razão que influenciou no posicionamento do governo moçambicano face a estratégia da Extensão Rural.

A Extensão Agrícola pode ou não ser a melhor estratégia da Extensão Rural para se chegar ao Desenvolvimento Rural. Sem um estudo que se debruce sobre a relação meios e fins poderemos tirar conclusões precipitadas e sobretudo imbuídas de juízos valorativos.

Finalmente podemos afirmar que no contexto moçambicano, o estudo levar-nos-á a analisar passo a passo, a adequação da Extensão Agrícola ou Agrária (como é vulgarmente designada pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural - MADER) ao Desenvolvimento Rural do distrito de Magude.

O Distrito de Magude tal como qualquer outro, são como uma célula ligada a um organismo que é o governo moçambicano. Assim sendo, as decisões tomadas ao nível central (MADER) afecta directamente a maneira como poderá funcionar a Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DDADR) em Magude. Esta é a razão pela qual temos vindo a fazer menção ao governo moçambicano ao invés do governo de Magude. Isto não discursa o nosso campo de análise. Em situações concretas poder-se-á falar do Distrito de Magude. Portanto a DDADR é do governo moçambicano, representado ao nível distrital.

Como acabamos de ver, neste item tratamos de apresentar dois pontos principais: em primeiro lugar mostramos os esforços empreendidos pelo governo com vista a promover o Desenvolvimento Rural. Em segundo lugar, tratamos de analisar a sua acção mediante a relação entre meios e fins. Vimos que os meios usados para resolver o problema da pobreza absoluta que se vive no meio rural, aparentam uma inadequação para o efeito. Na secção que se segue, apresentaremos sinteticamente os aspectos metodológicos gerais usados neste trabalho.

Objectivos

1.1.1.1 Objectivo Geral

- Analisar o programa de Extensão Rural implementado no distrito de Magude entre 1994 e 2000, bem como demonstrar que há problemas com a relação entre Extensão Rural e Extensão Agrícola.

1.1.1.2 Objectivos específicos

- Problematizar a noção de Extensão Rural que fundamenta o programa a operar no distrito.
- .
- Analisar a maneira como a Extensão Rural pode contribuir para o Desenvolvimento Rural em Magude.

Hipóteses

- O conceito de extensão rural pressupõe as seguintes práticas: 1º identificar, com ajuda das comunidades, os principais problemas locais; 2º ensinar ao grupo alvo como enfrentar e superar as suas dificuldades; 3º evitar que tais ensinamentos terminem em conflitos culturais etc. sempre que uma ou mais destas práticas estiver ausente estamos em presença duma outra coisa: Extensão Agrícola ou outra coisa.
- Uma vez que o objectivo da Extensão Rural é o Desenvolvimento Rural quanto mais limitada for a sua aplicação menores possibilidades tem de alcançar os seus objectivos.
- Quanto mais se levar em conta as outras facetas ou componentes da Extensão Rural (a participação comunitária; a descentralização; a coordenação intersectorial; e a pesquisa-acção sistemática) durante a Extensão Agrícola, maior é a possibilidade de chegar ao Desenvolvimento Rural.

Metodologia

Nesta parte falar-se-á das metodologias usadas, e a maneira como foram usadas; isto facilitará o teste da autenticidade da informação recolhida.

Para a realização do presente trabalho foram usadas as técnicas de pesquisa a saber: a aplicação das entrevistas semi-directivas aos técnicos da DDADR, do MADER, e aos representantes das comunidades rurais. Estas entrevistas tiveram por objectivo colher dados

que me permitiriam analisar a maneira como o processo da Extensão Rural está sendo conduzido no Distrito de Magude.

O que se tinha em mente é que o projecto não estava colhendo resultados positivos por se limitar apenas à Extensão Agrícola. Procuramos saber das comunidades, de que maneira os extensionistas trabalham com elas.

Aos extensionistas procuramos saber a maneira como têm levado a cabo o seu trabalho, quais os sucessos e as dificuldades por eles enfrentados. Por além das entrevistas semi-directivas usaram-se as conversas informais para recolher os dados.

Fez-se o uso dos métodos qualitativos na recolha dos dados, com o objectivo de permitir uma abordagem aprofundada do nosso objecto de análise.

Esperávamos naturalmente poder encontrar dados que confirmassem as nossas hipóteses. Por exemplo pudemos constatar que existe em Magude uma percepção problemática do conceito de Extensão Rural, que de certa maneira afecta negativamente no desenvolvimento distrital.

Recolhidos os dados fizemos uma análise de conteúdo, estudando minuciosamente a mensagem subjacente à eles. Isto porque os entrevistados podiam não dizer directamente tudo o que pensavam. Entretanto, através de códigos linguísticos (ironia, metáforas, e até mesmo o silêncio perante algumas das questões por nós levantadas etc) poderiam exprimir o forte do seu pensamento. Em segundo lugar confrontamos os resultados da análise de conteúdo, com a operacionalização dos principais conceitos (Extensão Rural, Extensão Agrícola, e o Desenvolvimento Rural), bem como com a informação recolhida da revisão bibliográfica. Finalmente tiramos as nossas conclusões.

Enfoque teórico

Aqui falar-se-á das teorias a usar neste trabalho, de modo a facilitar a percepção do leitor em relação ao enquadramento das nossas ideias.

Neste trabalho procurar-se-á usar a teoria accionista (da Sociologia da acção), bem como as teorias de Extensão Rural (da Sociologia Rural) para explicar o Desenvolvimento Rural. Temos de referir que o maior enfoque estará virado para a teoria da acção. A teoria da acção segundo Boudon «procura analisar e explicar as acções, e em termos mais gerais, os comportamentos que dão ao observador a sensação de irracionalidade» (Boudon, 1979b:15). O que Boudon (idem) procura mostrar através

da teoria da acção, é que não devemos julgar as pessoas (para não falar de actores sociais) de irracionais por elas usarem meios que não se adequam aos fins por elas pretendidos; Isto porque elas têm razões válidas para agirem como agiram. Assim sendo, se o observante fosse submetido às mesmas condições em que se encontrava o observado, ele (o observante ou observador) agiria da mesma maneira. Nós julgamos o comportamento dos outros porque não os compreendemos. Compreender uma acção, é segundo Boudon (1979), o observador estar em condições de dizer para si que agiria da mesma maneira se fosse submetido às mesmas condições a que o observado esteve. É neste âmbito que Boudon(1979) inspirando-se em Weber (1991), afirma que todos actores sociais são racionais, na medida em que têm razões válidas que justificam a sua acção.

O estudo em causa será abordado na óptica dos *efeitos de composição*. Este é o princípio segundo o qual a teoria da acção (que se encontra no âmbito das micro-teorias), procura explicar os fenómenos macro – sociológicos. Mais uma vez convém citar Boudon por ser defensor dos efeitos de composição. O que se verifica é que a teoria da acção explica os fenómenos micro-sociais, mas neste estudo estamos a tratar de um fenómeno macro-social, que portanto não se processa à nível de dois actores sociais, mas sim, ao nível estrutural e/ou conjuntural.

As teorias de Extensão Rural variam consoante a escola em que ela é abordada. Em algumas escolas, cingem-se apenas à Extensão Agrícola, como se fosse a melhor maneira de fazer Extensão Rural (Swanson, 1981); as outras escolas são mais abertas, portanto não se limitam apenas à Extensão Agrícola no processo de Extensão Rural (Hawkins, 1994). Os motivos destes posicionamentos é que os primeiros, para além de acreditarem que a Extensão Agrícola é um vector da economia de qualquer país, têm insumos suficientes para transformarem uma região árida num campo de cultivo sofisticado e a curto prazo. Os segundos, acreditam que a agricultura é importante, mas não é condição *sine qua non* para a prosperidade económica de um país, razão pela qual buscam as outras facetas ou componentes da Extensão Rural.

Poder-se-iam usar várias outras teorias, mas para a dimensão deste trabalho convencionou-se apenas estas duas.

Fontes a utilizar

- Fontes primárias- entrevistas, documentos publicados e não publicados. Encontramos no Ministério da Agricultura e no Centro de Estudos Africanos alguns documentos inéditos bem como relatórios e actas de reuniões que nos apresentam dados importantes. Em artigos de imprensa, também achamos informações relevantes para o nosso trabalho, artigos esses que são publicados com o fim único de dar informações as massas sobre as actividades do Ministério da Agricultura.
- Fontes secundárias- artigos publicados, teses e livros. Nas diversas bibliotecas por onde fizemos a pesquisa bibliográfica, tivemos acesso às teses e livros que se debruçam sobre a temática que pretendemos analisar. O mesmo acontece com relação aos jornais, e revistas científicas como por exemplo a revista intitulada *Extensão Rural*, e que é publicada pelo Ministério da Agricultura. Nestes órgãos de informação achamos artigos que versam sobre o assunto que pretendemos analisar.

Recolha do material

Esta fase consistiu na requisição de várias obras nas bibliotecas do Campus Universitário. Para algumas obras não foi possível a sua requisição, por se tratarem de Trabalhos de defesa de tese, ou porque as respectivas instituições¹¹ não admitiam, e como tal a sua consulta efectuou-se nesses mesmos locais.

Tema

- Extensão Rural: Um estudo de caso no Distrito de Magude

¹¹ Centro de Estudo Africanos; Centro Cultural Brasileiro; Arquivo Histórico de Moçambique; Instituto Camões; Biblioteca Nacional; Link etc.

Conceito	Dimensão	Indicador
Extensão rural	Extensão formativa	Interacção populacional; auto-ajuda
	Extensão informativa	Desenvolvimento comunicativo;
	Extensão agrícola	Penetração de tecnologias agrícolas
	Extensão persuasiva	Campanhas de sensibilização

Modelo de análise

Conceito	Dimensão	Indicadores
Extensão Agrícola	Penetração de tecnologias agrícolas	Incentivo no uso de pesticidas Fertilizantes, maquinaria agrícola, Técnicas agrícolas (pousio, afolheamento trienal etc.) de maior rentabilidade; Desincentivo às queimadas

Conceito	Dimensão	Indicadores
Desenvolvimento Rural	Melhoria do padrão de vida do indivíduo	Dieta alimentar equilibrada, acesso a um emprego agrícola ou não, vestuário, assistência médica, acesso ao ensino, desporto, cultura, etc

Tabelas feitas pelo autor

Campo de análise

Nesta parte falaremos do local e período em que fizemos o estudo; falaremos também dos indivíduos entrevistados. O objectivo disto é levar o leitor a inteirar-se do contexto em que se procedeu a recolha dos dados.

O presente trabalho foi de preferência efectuado no Distrito de Magude. A escolha dos nossos entrevistados foi feita de acordo com um certo critério. Este, consistia em seleccionar os indivíduos do nosso grupo alvo, capazes de se expressar na língua portuguesa, pois tínhamos dificuldades em nos expressar no idioma local. A não obediência deste critério levar-nos-ia à sérias dificuldades na recolha de dados. Este facto culminaria em incoerência na transcrição dos dados. Pudemos contudo entrevistar às comunidades locais (camponeses, artesãos, pequenos criadores de gado, pequenos comerciantes, etc.), por ser esta o principal alvo ou beneficiários da Extensão Rural. Pudemos também entrevistar aos funcionários da Direcção Distrital da Agricultura (os extensionistas), por serem estes quem estão directamente virados à prática da Extensão. Um outro grupo entrevistado é composto pelos técnicos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em particular da Direcção Nacional de Extensão Rural. Escolheram-se estes últimos por trabalharem no órgão central e dinamizador da prática da Extensão Rural em Moçambique.

O cronograma de actividades foi de Agosto de 2002 a Julho de 2003. De Agosto a Novembro foi feita a elaboração do protocolo de pesquisa. De Dezembro a Fevereiro foi

realizado o trabalho de campo. De Fevereiro a Julho, foi feito o enquadramento teórico e os acabamentos.

O período em análise vai desde a altura em que se iniciou a implementação da Extensão Rural no distrito, até o ano em curso. Este período foi exactamente definido após a entrevista com alguns técnicos distritais da DDADR, que nos facultaram a informação. Mais acima dissemos que o nosso trabalho foi feito no Distrito de Magude. O mesmo teve uma duração que vai desde Agosto de 2002 à Julho de 2003. Na parte seguinte debruçaremos-nos sobre a revisão bibliográfica. Veremos que existem duas grandes perspectivas analíticas no que diz respeito à temática ora em estudo.

Capítulo II

Revisão da literatura

Nesta secção propomo-nos a apresentar o que vários autores já disseram sobre a extensão rural. Para o efeito apresentaremos os pontos de discórdia ou de concordância entre os autores que se debruçaram sobre a temática ora em estudo. Perante o posicionamento dos autores que a seguir serão apresentados, tomaremos por vezes um posicionamento crítico.

Segundo a etimologia da palavra *extensão*, ela vem do latim em que significava *animação*. Em francês a palavra *animação* é também usada, mas neste caso específico, ela é entendida como *a tarefa de encorajar a um grupo de gente a tentar por si mesmos uma solução para os seus problemas*.

Segundo Hawkins (1994), para que se note eficácia nos programas de extensão rural, é sempre necessária a participação da população durante o processo todo.

“La participation de la population es souvent vue comme une manière de réaliser un développement rural plu efficace et visant davantage à résoudre les problèmes des groupes les plus pauvres”. Esta ideia de participação das populações é salientada por parte de vários autores como por exemplo Schall(1998), Chantran(1973), e Carlsen(1980), etc. O conceito de participação com o qual nos identificamos é definido por Ban et al (1994), um dos autores de *La vulgarisation rurale en Afrique*, ao afirmar que ela " é o envolvimento dos representantes da comunidade rural nos processos de decisão no concernente aos

objectivos; ao grupo alvo; a mensagem; aos métodos; e às organizações dos serviços de extensão." ¹²

É plausível a ideia de que a participação comunitária seja mister no processo de Extensão Rural. O problema que se coloca assenta-se nos mecanismos pelos quais se tenta pôr em prática este facto. O que certos estudos ¹³ revelam é que nem sempre tem sido eficaz, e na maioria das vezes as condições existentes não favorecem a uma participação condigna . Como tal verificam-se vários tipos de obstáculos à participação:

- centralização de tomada de decisões
- atitudes, valores e aptidões não apropriadas do pessoal
- sistema de avaliação não apropriado
- mudança frequente do pessoal
- corrupção

Dentre os obstáculos ligados à comunidade destacam-se os seguintes:

- falta de organizações locais apropriadas
- falta de capacidade de direcção e de organização
- falta de infra-estruturas na comunidade
- espírito de discórdia e divergência nos interesses económicos
- tradição directiva
- passividade adquirida e falta de tempo

Dentre os obstáculos acima delineados, existem alguns pontos passíveis de discussão, por exemplo, no que diz respeito a falta de capacidade de direcção e organização. O que se verifica é que existem preconceitos relativamente a população rural no tocante as suas capacidades organizativas. O que se pode verificar para discordar com este ponto , é que a História ¹⁴ mostra-nos que os africanos já puderam viver de uma máquina administrativa eficiente, dirigida por indivíduos analfabetos, mesmo no período anterior à ocupação colonial (Pélissier, 1994). No tocante aos constrangimentos da participação comunitária alguns como por exemplo Lele (1980) e os participantes da II Reunião Nacional de Extensão Agrária realizada em Maputo, de 14 a 18 de Setembro de 1992, são da opinião segundo a qual o problema assenta-se nas condições de trabalho do extensionista. Como exemplo temos a seguinte citação: “*Les agents de vulgarisation sont clairsemés sur le terrain, mal*

¹² Ban, H. et al (1994) *La vulgarisation rurale en Afrique*; Editions Karthala et CTA, Nigeria – tradução de Book Sambo.

¹³ Boon. Et al (1997); Participação e estratégias de extensão

payés, mal instruit,, mal équipés de connaissances techniques et partant, de médiocre qualité” (Lele, 1980:82). Outros autores como é o caso de Schall (1998) apontam a exclusão como o centro do problema. Segundo este autor existem casos em que certas aldeias nunca chegam a ser consultadas para a sua participação nos programas de extensão rural – o que considera ser uma atitude antidemocrática. A abordagem de Hawkins (ibiden.) sobre a participação mostra-se muito associada a sua definição de Extensão Formativa. Por outras palavras, este autor sugere que a Extensão Formativa é a via mais eficaz no processo de Extensão Rural.

Um facto que se tem verificado em vários programas de Extensão Rural, é que a maior atenção é dada à Extensão Agrícola, sendo assim menosprezadas as restantes áreas de extensão rural. Como exemplo passemos a seguinte citação:

“A agricultura foi, desde o início, considerada uma área de intervenção prioritária para o projecto Chitima. Em 1988 considerava-se importante [...] que se comprasse equipamento mecânico, tractores e alfaias, para auxiliar na preparação de terras” Adam (1995). Da mesma forma como o projecto Chitima (província de Tete) centrou as suas atenções sobre a agricultura, na Província de Niassa, mais concretamente no Distrito de Mecanhelas os Serviços Provinciais de Extensão Rural¹⁵ (1989) direccionaram a sua maior atenção à extensão agrícola. Perante uma situação do género, alguns estudos foram já levados a cabo no intuito de mostrar o que a Extensão Rural devia ser em Moçambique. Como exemplo disso temos a definição de Extensão Rural dada por Mussoi (1985). *Plano de Extensão Rural para Apoio às Zonas Verdes da cidade da Beira*”, é uma obra escrita por Eros Mossoi (1985). Nesta obra, o autor define a Extensão Rural como sendo um trabalho educativo que busca contribuir para a melhoria do nível de vida das populações rurais. Diz ainda que o trabalho de Extensão Rural parte dos problemas concretos que estas populações enfrentam para que à partir deles, e junto com a população, (através de uma metodologia própria que priorize o diálogo, a troca e valorização de experiências de cada um...) se busquem soluções alternativas aos problemas levantados.

A visão de Mussoi (ibiden) vai na linha teórica de Hawkins (ibiden). Estes autores subestimam a componente participativa, bem como a primazia pela Extensão Formativa no processo de Extensão Rural. A ideia destes dois autores é de que a Extensão Formativa é uma componente a não desperdiçar durante a Extensão Rural.

¹⁴ Péliissier, René;(1994); História de Moçambique;Lisboa;Editorial Estampa

¹⁵ Centro de Estudos Africanos-CEA; Pasta n° 967.9; Cota73/B; Agosto-Outubro /1989

Para não se menosprezar uma componente da Extensão Rural em prol das outras, certos autores afirmam que a extensão agrícola é um vector que estimula a investigação e que para tal deve ser explorada.

Autores como é o caso de Biggs & Farrington (1991) afirmam porém, que a extensão agrícola é um meio pelo qual se deve desenvolver as investigações científicas, quer seja na área das ciências naturais como nas ciências sociais. Cada área deverá preocupar-se em levar avante os seus estudos de modo a permitir uma melhoria significativa na agricultura. Estes autores não põem de parte a ideia segundo a qual as tecnologias e técnicas da revolução verde devem ser aplicadas de forma eficiente, como resultado das necessidades extremas da Extensão Agrícola. Neste ponto não diferem tanto de Droy (1990) que afirma: *Avec le crédit, la vulgarisation agricole est le principal vecteur de pénétration des nouvelles techniques dans un monde rural souvent considéré à tort comme figé et réfractaire aux innovations*. Para explicar por que motivos os *terceiro mundistas* apegaram-se à extensão agrícola, Gebregziabher (1975:3) diz - nos o seguinte:

“Numa análise final, o Desenvolvimento Rural integrado envolve todas as coisas que promovem as condições de vida das massas rurais, o qual nas condições dos países subdesenvolvidos, não foi bem sucedido e por isso, nestes países, acabou-se por concentrar as suas atenções na agricultura” Gebregziabher (1975:3) citado por Mazive (1995). Esta posição é secundada por Aruna (1994) ao afirmar que a maior parte da população africana dedica-se à agricultura, e como tal, os governos locais dos países africanos apostaram na agricultura como o vector do desenvolvimento.

Numa visão geral é de salientar que a Extensão Rural deve-se adequar ao meio em que se pretende implementar. Para um país como Moçambique, em que existe uma enorme diversidade cultural, climatérica, topográfica, etc., é sempre necessário tomar em consideração esses factores todos, na implementação dos Programas de Extensão Rural. Existem Distritos em que as condições climatéricas, topográficas, e geológicas, não permitem o desenvolvimento da agricultura. Entretanto parece-nos que o Governo continua implementando a extensão agrícola.

Num trabalho de tese (para obtenção do grau de licenciatura) feito por Mazive (1995) nos distritos de Boane e Moamba, o autor diz existirem nestes Distritos, condições necessárias para a implantação de indústrias rurais especializadas na produção de sal de cozinha; blocos e tijolos; extracção pedreira para construção civil; produção de bebidas espirituosas de carácter tradicional etc. Concordando com este autor, “ com a prática das actividades acima referidas

[...] seria possível aumentar as oportunidades de auto-emprego que ajudariam na transição do auto-sustento para a auto-suficiência” Mazive (1995). Neste capítulo concluímos que no debate sobre a prática de Extensão Rural os argumentos são dados em função da escola do respectivo autor. Os que acreditam na Extensão Agrícola como um vector a considerar na Extensão Rural são da escola americana. Os que pautam pela Extensão Formativa como algo indispensável no processo da Extensão Rural são, por sua vez, da escola britânica.

Assim, acabamos de rever a literatura. Como vimos, a ideia central aqui exposta é de que existem duas grandes perspectivas teóricas e analíticas no estudo da Extensão Rural. A primeira, dá maior relevo à componente agrícola; a segunda é mais abrangente, e inclui por sua vez, os demais pacotes da Extensão Rural. Esta última, está ligada a origem etimológica do conceito de Extensão, bem como ao próprio historial da Extensão Rural ora apresentado no primeiro capítulo. Na próxima secção apresentaremos os dados colhidos durante o trabalho de campo. Veremos que o distrito de Magude atravessa grandes problemas tais como as secas, a fome, entre outros. Veremos igualmente que os técnicos do MADER tratam os conceitos de Extensão Rural e Extensão Agrícola como se fossem sinónimos.

Apresentação dos resultados

Neste capítulo apresentaremos alguns dados que consideramos pertinentes para a compreensão do nosso objecto de estudo. Consideramos pertinentes porque consideramos de exemplos que fundamentarão a nossa tese. Fundamentarão a nossa tese na medida em que procuramos problematizar a noção de Extensão Rural a ser levada a cabo em Magude. Para tal apresentaremos os dados sobre aquilo que se considera ser Extensão Rural, que é para confrontarmos com a parte teórica deste conceito referida no capítulo precedente.

Uma parte dos dados a serem apresentados, é o resultado de inquéritos feitos por duas instituições, nomeadamente; o Ministério da Saúde em coordenação com o Ministério do Plano e Finanças, bem como o ACNUR¹⁶ em coordenação com o PNUD¹⁷. Apesar dos dados destes inquéritos terem sido recolhidos em 1997, eles são na sua maioria a imagem daquilo que é hoje o Distrito de Magude, por isso mesmo é que não perdemos a oportunidade de fazermos o seu uso. A situação retratada nos dados dos inquéritos em uso

¹⁶ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

neste trabalho, demonstram que a situação vivida em Magude mantém - se em grande parte a mesma. Pudemos observar este facto durante o trabalho de campo. E como pretendemos com este trabalho observar em que medida a Extensão Rural contribui para o Desenvolvimento Rural, fizemos uso destes dados para ver as diferenças entre o período anterior e posterior a introdução da Extensão rural no Distrito.

A outra parte dos dados a serem apresentados, têm a ver com o resultado das entrevistas semi-estruturadas por nós levadas a cabo no distrito de Magude. Para a realização das entrevistas, foi - nos necessário marcar antecipadamente os encontros com os nossos entrevistados. As entrevistas decorriam nos seus postos de trabalho ou nas suas residências. Estas entrevistas decorreram durante o Mês de Fevereiro, porque assim estava marcado no nosso cronograma de actividades. As dificuldades tidas durante o trabalho de campo, estavam relacionadas com a ausência de certas pessoas de quem pretendíamos as informações. Em alguns casos, a comunicabilidade com os entrevistados era difícil devido ao domínio (por nossa parte) da língua local. Para tal optamos por entrevistar apenas os falantes da língua portuguesa.

O nosso guião de entrevistas estava dividido em três partes. A primeira parte continha questões direccionadas às comunidades locais; a segunda parte continha questões direccionadas aos técnicos da Direcção Distrital da Agricultura; e finalmente a última parte continha questões direccionadas aos técnicos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Assim foi feito porque pretendíamos colher informações dos diferentes intervenientes no processo de Extensão Rural. Por outro lado pretendíamos colher informações sobre a maneira como são traçadas as políticas de Extensão Rural, a sua aplicação, e a maneira como elas são encaradas pelas comunidades. Com os dados obtidos, poderemos analisar se os objectivos pretendidos pelo Governo (durante o processo da Extensão Rural) são alcançados ou não.

A selecção dos nossos entrevistados baseou-se no seguinte critério: Para as comunidades locais - primeiro identificamos os indivíduos capazes de se comunicarem em português. Em segundo lugar procuramos identificar a sua profissão. Assim sendo, conversamos com os indivíduos que se podiam comunicar em português. Destes indivíduos constatamos que quem conhecia os serviços prestados pelos extensionistas eram apenas os camponeses. Os restantes membros da comunidade local (pequenos comerciantes, artesãos, entre outros) mal

podiam descrever os serviços dos extensionistas. Desta feita, procuramos conversar com os camponeses, que foram capazes de nos explicar o que sabiam dos extensionistas, do seu trabalho, e como os encaravam. Para os extensionistas a escolha não obedeceu nenhum critério específico dado que todos estavam em condições de se comunicar em português. No MADER, conversamos com indivíduos directamente ligados a Extensão Rural, para tal dirigimo-nos à Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER). Nesta Direcção procuramos conversar com indivíduos capazes de nos facultar informações das quais necessitávamos, o que foi nos possível achar.

As entrevistas com as comunidades locais, decorreram no local das suas actividades profissionais. No caso específico dos camponeses, as entrevistas decorreram naquilo a que os extensionistas chamam de CDR (Campo de Demonstração de Resultados). Mais adiante voltaremos a falar dos CDR com profundidade. Estas entrevistas decorreram nos seus postos de trabalho, porque era lá o único ponto no qual poderíamos marcar um encontro. Por outro lado, porque era nos seus postos de trabalho que podíamos identificar a sua profissão. Com os extensionistas, a entrevista decorria normalmente nas suas residências. Isto deveu-se ao facto de termos um extensionista guia que conhecia e dirigiu-nos às residências dos seus colegas com quem havíamos marcado as entrevistas. No caso dos técnicos do MADER, as entrevistas decorreram no seu posto de trabalho, como aconteceu às comunidades locais em Magude.

As entrevistas levavam cerca de quinze à vinte minutos cada. Em certos casos vimo-nos obrigados a alterar as questões, sem que se perdesse de vista o seu objectivo. Isto aconteceu frequentemente nas entrevistas tidas com as comunidades locais. O facto deveu-se às dificuldades de comunicação em português por parte dos nossos entrevistados; apesar de termos duas ou três questões alternativas para cada pergunta do nosso guião de entrevistas. Nas entrevistas mantidas com os restantes técnicos, não houve tanta necessidade de alterar as questões do nosso guião.

Começaremos então por apresentar os dados gerais de dois inquéritos sobre o distrito, para depois apresentarmos os dados recolhidos nas entrevistas feitas aos extensionistas, e às comunidades do distrito de Magude, bem como aos técnicos do MADER¹⁸.

¹⁸ Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Situação geral do distrito de Magude

Neste item apresentaremos o nosso campo de estudo, com base nos dados de relatórios e observações feitas ao longo do trabalho de campo. A apresentação destes dados será feita de maneira intercalada, i.e., apresentaremos quando necessário os dados dos relatórios usados, e noutros casos apresentaremos os dados do trabalho de campo.

Segundo o relatório sobre o perfil de desenvolvimento elaborado pelo PNUD (1997) em parceria com o ACNUR (1997), o distrito de Magude apresenta-nos a seguinte situação:

Este Distrito consiste em cinco postos administrativos – Mahele, Mapulanguene, Motaze, Panjane, e Magude, a capital do distrito – com dezassete localidades. As instituições governamentais representadas incluem as Direcções Distritais de Agricultura e Pescas, de Educação, do Plano e Finanças, de Obras Públicas e Habitação, de Coordenação da Acção Social (ainda adstrita à Direcção Distrital da Saúde) e de Cultura, Juventude e Desportos. Para além destas instituições, existem também o Registo Civil, a Polícia, o Tribunal, os Serviços de Informação do Estado, os Correios e as empresas públicas de Caminhos de Ferro, de Telecomunicações e de Electricidade.

No distrito estão também presentes as autoridades tradicionais, que segundo a nossa fonte, estão representadas por régulos e chefes de terras.

A população do distrito de Magude está estimada, com base em números disponibilizados pela administração distrital ao PNUD, em 76.810 pessoas. A superfície do distrito está avaliada em 6.960 quilómetros quadrados, e a densidade populacional situa-se em cerca de 11 habitantes por quilómetro quadrado. Este dado tem implicações para o nosso trabalho, na medida em que nos pode ajudar a analisar em que medida a Extensão Rural pode contribuir para o Desenvolvimento rural. Uma vez que a Extensão Rural visa promover o Desenvolvimento Rural, o dado anteriormente apresentado, pode - nos ajudar a avaliar o número de indivíduos em idade activa que exercem uma actividade remunerada; quantos quilómetros quadrados são explorados para a prática agrícola ou outras actividades do sector primário¹⁹, e as suas razões; onde se concentram maioritariamente os postos de trabalho, e quais as implicações desse facto para a densidade populacional etc.

¹⁹ Fazem parte das actividades do sector primário, a agricultura, a caça, e a pesca.

De acordo com as fontes da administração distrital, as culturas alimentares mais importantes para o sector familiar são o milho, o amendoim, o feijão nhemba, a mandioca e as hortaliças. Com este dado pretendemos mostrar a discrepância entre a Extensão Agrícola e a Extensão Rural, na medida em que a Extensão Rural não visa alterar os hábitos e costumes alimentares em prol do Desenvolvimento Rural. O que aconteceu em Magude como mais adiante se fará menção, é que o Governo introduziu a cultura dos tubérculos que são mais resistentes às secas, em relação as culturas consideradas habituais pelas comunidades locais. A discrepância que se pretende demonstrar entre um e outro tipo de extensão é a seguinte: a Extensão Rural tem por meta atingir o Desenvolvimento Rural. Assim sendo, o Desenvolvimento Rural não implica a destruição dos hábitos e costumes locais; a Extensão Agrícola por si só, tem como meta imediata o Desenvolvimento da agricultura. Desta feita pode não se importar com a destruição dos hábitos e costumes locais com vista a atingir o seu fim imediato. É esta a discrepância que pretendemos analisar no capítulo que se segue.

Segundo um estudo levado a cabo pelo Ministério da Saúde, constatou-se que a situação de segurança alimentar em Magude é deficiente. Verifica-se baixa produção agrícola devido a infertilidade dos solos, secas, pragas, e falta de insumos.

A maior parte das crianças com crescimento insuficiente são das famílias pobres com agregado familiar grande (7 a 12 membros). A maior parte dos membros destas famílias não têm acesso ao ensino. Em geral estas famílias têm pequenas machambas e só comem 3-4 meses por ano da própria produção. Têm poucos animais de pequena espécie (1 a 3) e poucas outras fontes de rendimento. O número de refeições da família é de duas por dia, para os adultos, e três para as crianças. As famílias consomem água do rio ou dos poços. Este dado afigura-se importante para o nosso trabalho, na medida em que pretendemos, à partir dele, demonstrar que não existe uma adequação necessária entre os meios e fins no processo de Extensão Rural. Estes dados vão - nos ajudar a medir o nível de Desenvolvimento Rural atingido desde o período em que se introduziu a Extensão Rural no distrito até ao actual momento. De seguida poderemos analisar em que medida os objectivos da Extensão Rural (como um meio) foram atingidos, culminando com o Desenvolvimento Rural (como um fim). Este objectivo, prende-se com o facto dos dados anteriormente apresentados demonstrarem um certo nível ou estágio de Desenvolvimento Rural vivido em Magude.

Nesta secção, apresentamos os dados que demonstram a situação que se vive em Magude. Apesar de ser introduzido o programa de Extensão Rural, julgamos que as condições sócio económicas das comunidades locais não são as pretendidas pelo Governo. Esta é a principal ideia que se deve reter desta secção. Isto é importante para o nosso trabalho na medida em que se pretende como um dos nossos objectivos, analisar em que medida os meios usados podem adequar – se aos fins almejados.

Depois desta descrição geral da situação em que o distrito de Magude se encontra, passaremos posteriormente a apresentar os dados colhidos nas entrevistas semi-estruturadas.

Breve historial da Extensão Rural em Magude

Nesta secção faremos a apresentação de um breve historial da Extensão Rural em Magude. Os dados a serem apresentados foram - nos facultados durante o trabalho de campo. Apresentaremos os dados que demonstram o trabalho a ser levado a cabo pelos extensionistas desde a introdução do programa de Extensão Rural até ao actual momento. Isto porque desta forma podemos conseguir problematizar a noção de Extensão Rural a ser levada a cabo em Magude.

O distrito de Magude está basicamente afectado pelas secas. As condições climáticas bem como as geológicas da região, incluindo o distrito vizinho de Xinavane, não são muito apropriadas para o desenvolvimento da agricultura. Isto tem levado a que a população não se limite apenas na prática da agricultura para a sua sobrevivência. Para tal a população dedica-se à outras actividades como é o caso do trabalho migratório, para as minas da África do Sul; ao emprego doméstico nas famílias mais abastadas do distrito; e até mesmo ao comércio informal.

Apesar das condições agro-ecológicas dos distritos de Magude e Xinavane serem das piores, há uma diferença no desenvolvimento destes dois distritos. O distrito de Xinavane é o mais próspero pelo facto de se beneficiar de uma agricultura empresarial virada ao cultivo da cana-de-açúcar. Estas plantações de cana de açúcar visam abastecer a indústria açucareira local, que por sua vez oferece emprego às comunidades locais. As plantações de cana-de-açúcar, em Xinavane, dissimulam a precariedade das condições agro-ecológicas da região, devido a maneira como o canal se desenvolve. Este canal beneficia de um

tratamento na base de grandes engenhos tecnológicos (Motobombas, sistema de regadio, e insumos agrícolas, etc) bem como de um pessoal técnico qualificado para a manutenção do sistema de regadio. A fronteira entre a localidade de Xinavane e o distrito de Magude é quase que marcada pelo canavial. A paisagem seca do Distrito de Magude começa onde o verde do canavial de Xinavane termina. Este facto surge numa altura em que a população de Magude pratica uma agricultura de subsistência. Agricultura de subsistência é aquela cujos resultados das colheitas destinam-se a alimentação do próprio agricultor. Assim sendo, o Governo distrital de Magude criou condições para a superação da fome que assola o distrito como resultado das secas que se fazem sentir. Esta resolução do problema começou pela introdução da cultura de tubérculos (a mandioca e a batata de polpa alaranjada) resistentes às secas, que vieram portanto substituir a cultura do milho considerada vulnerável às secas:

O milho é uma cultura que não resiste a seca, entretanto é a mais cultivada no distrito; por essa razão introduzimos em Magude as culturas resistentes à seca como é o caso dos tubérculos (batata doce).

Augusto Five

O projecto de introdução de tubérculos no distrito de Magude foi levado a cabo por um técnico (Augusto Five) que trabalhava a mando dos Serviços Provinciais da Agricultura. Este técnico trabalhava em parceria com os técnicos da Associação dos Técnicos Agro-Pecuários (ATAP). Estes técnicos por sua vez trabalhavam em coordenação com algumas associações de camponeses que eram o grupo alvo dos seus serviços. Como se pode ver, a ATAP era constituída tanto pelos técnicos agrónomos como pelos veterinários. Augusto Five como técnico dos serviços provinciais de Extensão Rural aliou-se aos técnicos agrónomos da ATAP. Estes, no seu conjunto, procuravam demonstrar às associações locais de camponeses, que as culturas por eles produzidas não eram resistentes às secas. Desta forma incentivavam-lhes ao cultivo de tubérculos, dando maior prioridade a batata de polpa alaranjada. A este tipo de actividades, os extensionistas denominam de transferência de tecnologias agrícolas. É desta forma que o Governo local pretendia reduzir o problema da fome que assolava o distrito. Durante esse período ainda não havia sido implementada a rede de Extensão Rural no distrito.

Em Janeiro de 2002 é introduzida a rede de Extensão Rural no distrito de Magude. Os serviços de Extensão Rural vêm dar continuidade aos serviços anteriormente feitos pelos técnicos do projecto de introdução de tubérculos.

Actualmente a Extensão Rural no distrito de Magude envolve várias instituições e actores sociais. As instituições envolvidas no processo de Extensão Rural são nomeadamente a Direcção Nacional de Extensão Rural, o Instituto Nacional de Investigação Agronómica, e o Ministério da Saúde.

A Direcção Nacional de Extensão Rural traça as políticas a serem levadas a cabo durante o processo de Extensão Rural. Para além desta função, ela está encarregada na angariação de fundos que fomentem a prática da Extensão Rural por parte do Governo. A Extensão Rural é feita pelo Governo através da Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Os extensionistas a trabalharem nesta instituição interagem directamente com o seu grupo alvo, através daquilo que chamam de transferência ou expansão de tecnologias. A Estrutura orgânica deste sistema é composto da seguinte maneira: Ao nível central (Direcção Nacional de Extensão Rural), funcionam na sua maioria os técnicos superiores e médios. Estes técnicos não são necessariamente agrónomos, isto porque têm formações em diversas áreas. Ao nível da Direcção Distrital, os técnicos são maioritariamente agrónomos de nível básico e médio. Para além da formação agronómica, alguns extensionistas têm outras formações como por exemplo a pedagógica. Isto tem muito a ver com a sua experiência profissional. Por sua vez, as comunidades locais, em particular os camponeses, são maioritariamente analfabetas, com excepção de alguns que têm a formação no ensino primário e secundário geral.

O Instituto Nacional de Investigação Agronómica contribui para a Extensão Rural, através da pesquisa sobre as tecnologias a serem aplicadas para o sucesso da agricultura. Após serem testadas com sucesso, as tecnologias são demonstradas aos extensionistas, que por sua vez são encarregados de as transferirem para os camponeses. O conceito de tecnologia a ser usado pelos extensionistas refere-se a tudo o que se contrapõe às técnicas tradicionais de produção agrícola. A título de exemplo dessas tecnologias, temos as sementes geneticamente modificadas; o distanciamento entre uma e outra semente lançada à terra (durante a sementeira); o uso de culturas resistentes às secas, como é o caso dos tubérculos, etc.

O Ministério da Saúde também contribui para a Extensão Rural, através das campanhas de sensibilização para a prevenção das doenças de transmissão sexual e o SIDA. Isto contribui para a Extensão Rural sobretudo na componente da Extensão Informativa ou Persuasiva. Este tipo de extensão tem como principal objectivo, fazer com que as pessoas mudem de comportamento para fazerem face a uma certa endemia ou epidemia. Por exemplo, os extensionistas podem fazer a Extensão informativa no sentido de sensibilizar as populações a se prevenirem contra a epidemia da cólera ou mesmo da malária. Os extensionistas são formados, pelos técnicos da saúde, no sentido de conhecerem as causas de cada uma das doenças, os seus respectivos métodos de prevenção e combate. Depois desta fase, os extensionistas lançam-se em campanhas de sensibilização, nas escolas e igrejas. Em entrevista à Augusto Five obtivemos a seguinte informação: “trabalhamos também na área de HIV Sida. Fazemos a formação de activistas, e damos palestras nas escolas e igrejas”.

Passamos de seguida a apresentar o processo pelo qual a Extensão Rural, segundo o governo, é praticada pela DDADR.

Os actores envolvidos no processo de Extensão Rural vão desde os Camponeses, aos próprios extensionistas.

No trabalho de campo o extensionista trabalha basicamente com um camponês de contacto. O camponês de contacto é aquele que serve de elo de ligação entre o extensionista e o resto dos camponeses. O trabalho do extensionista consiste em ensinar ou mostrar ao camponês de contacto, como é que devem ser usadas as sementes, como é que devem evitar as pragas etc. É isto que se chama de transferência de tecnologias. Assim sendo, as mensagens são direccionadas aos camponeses de contacto, e por sua vez estes transmitem ao resto dos camponeses.

Da mesma forma acontece quando o extensionista pretende fazer a transferência dos pacotes tecnológicos aos camponeses. Pacote tecnológico é um conjunto de variedade de sementes bem como de insumos agrícolas. O camponês de contacto é, portanto, o elo de ligação entre o extensionista e o camponês.

O trabalho do extensionista é feito no campo de demonstração dos resultados (CDR). O CDR é uma farma preparada ao lado de uma outra farma na qual os camponeses cultivam com os métodos ditos rudimentares. Nos CDR os extensionistas cultivam com base nos pacotes tecnológicos. Por outras palavras é lá onde os extensionistas aplicam as

tecnologias agrícolas. O objectivo deste processo de trabalho é que no final da colheita os camponeses estejam convictos de que as tecnologias demonstradas no CDR são mais rentáveis em relação aos métodos rudimentares por si usados. Segundo os nossos entrevistados, só depois de estarem convencidos das vantagens, é que eles adoptam tais tecnologias. Em entrevista à um camponês ele nos disse o seguinte:

Antes da intervenção dos extensionistas, semeávamos em cada cova, três graus de milho, e distanciávamos as covas em um metro. Actualmente semeamos apenas um grau por cada cova, distanciando-se uma das outras em 20 a 25 cm, o que nos é mais rentável.

Alcino

Neste capítulo apresentamos os dados colhidos durante o trabalho de campo. Para além dos dados obtidos no trabalho de campo, apresentamos alguns dados de inquéritos feitos no distrito, que consideramos pertinentes para o conhecimento do nosso objecto e campo de estudo (Distrito de Magude) . Tais dados basearam-se nos relatórios do Ministério da Saúde bem como do PNUD.

Uma outra natureza dos dados tem a ver com a observação directa feita no campo de estudo. Tal observação permitiu-nos constatar a situação agro-climática em que os campos de cultivos se encontram. O que se pretende com isto dizer, é que há dados que fora de nos serem facultados pelos entrevistados, tivemos a possibilidade de observar directamente durante a nossa estadia no Distrito de Magude. Um exemplo disso são os campos de cultivo afectados pelas secas.

Assim terminamos com a apresentação dos dados que apuramos durante o trabalho de campo. O objectivo deste capítulo era de apresentar o nosso campo de estudo com o fim de indicar que há coisas que estão a ser feitas lá sob o nome de Extensão Rural. No capítulo seguinte vamo-nos interrogar se essas coisas são mesmo Extensão Rural ou não, para depois justificarmos o nosso posicionamento.

Capítulo III

A Extensão Rural

Nesta secção, faremos uma análise do conceito de Extensão Rural com base na percepção que o MADER tem sobre o mesmo. Para tal, mostraremos, em primeiro lugar, que entendimento as autoridades têm sobre o conceito. De seguida mostraremos se o que se faz em Magude corresponde à noção governamental de Extensão Rural. Finalmente diremos se tal percepção é compatível com a definição científica do conceito.

A Extensão Rural é entendida pelo MADER, como uma série de actividades desenvolvidas no meio rural a fim de promoverem o desenvolvimento desse espaço. Chegamos a esta percepção pela forma como se tem falado sobre o conceito. Com base nos vários documentos (como por exemplo os relatórios dos seminários nacionais de Extensão Rural²⁰) do MADER dos quais tivemos acesso, não encontramos nenhuma definição clara e objectiva do conceito Extensão Rural. Por uma definição clara e objectiva neste estudo deve-se entender, por uma relação significado/significante que não acarrete contradições, e cujo a mesma se manifeste em todas as vezes em que se pretenda fazer o uso do conceito. O que se pode constatar, foi o uso de várias designações para significar um só facto – a Extensão Rural. Por exemplo, usam os conceitos de Extensão Pública, Extensão Agrária, Extensão Unificada, e Extensão Rural Pública. Contrariamente a Extensão Unificada, todos os conceitos anteriormente mencionados são usados para mencionar as actividades dos extensionistas ao nível da agricultura. Como exemplo deste facto passemos a citar um pequeno trecho:

O balanço da VII Reunião Nacional de Extensão Rural (13 a 15/09/00) mais uma vez mostrou que a Extensão Pública tem potencial para construir uma forte “mais valia” na agricultura do país. Isto na disseminação de tecnologias úteis, na promoção de organizações de produtores e na coordenação e colaboração com outros actores de Extensão Agrária no país.

²⁰Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural, (Abril de 2000); *Relatório do 1º Trimestre de 2000*; Lichinga
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Serviços de Extensão Agrária (Junho de 1991) *III Seminário Nacional de Extensão Agrária: Constatações e Recomendações*; (sl.)
Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (1992); *II Reunião Nacional de Extensão Agrária; Maputo*
Extensão Rural (Janeiro de 2000)
Extensão Rural (Outubro de 2000)

Extensão Rural (Outubro de 2000:4)

Situações como estas verificam - se em vários relatórios do MADER alguns dos quais fizemos menção na nota de rodapé anterior. Um ponto a reter deste trecho, é que se faz menção aos serviços prestados ao nível da agricultura bem como a transferência de tecnologias. Estes serviços são enquadrados tanto na Extensão Pública como na Extensão Agrária. Mas como veremos mais adiante estes serviços processam-se ao nível da Extensão Agrícola.

Em nenhum dos casos os autores dos referidos documentos fazem uma operacionalização dos conceitos que usam. Tal operacionalização devia ser feita mediante a apresentação dos elementos que mais caracterizam cada um dos conceitos usados. Por exemplo, se quisermos traçar os indicadores do conceito de idoso, teremos o seguinte: peso igual ou superior a 45 Kg; pele enrugada; falta de alguns dentes; cabelos brancos; deficiência na locomoção e fala, etc. Sempre que se achar um indivíduo com estas características diremos que estamos diante de um idoso. A operacionalização dos conceitos permitiria a qualquer leitor saber diferenciar os conceitos em uso.

Os extensionistas sabem que fazem a extensão rural porque durante a sua formação técnico profissional são ditos que trabalharão para a Extensão Rural. Entretanto podemos entender que no contexto em que se aplicavam, os conceitos de Extensão Agrária; Extensão Pública; Extensão Rural; e Extensão Rural Pública, tinham a mesma significação. Para facilitar a compreensão da análise em causa, aglutinaremos à estes quatro conceitos de extensão num só conceito – a *Tetra Extensão*. Assim sendo, a Extensão Unificada tem uma significação diferente da Tetra Extensão.

A Extensão Unificada compreende a aglutinação dos serviços prestados ao nível da engenharia florestal, Extensão Pecuária, e a Extensão Agrícola.

Os indicadores básicos da Tetra Extensão são nomeadamente a existência de uma campanha agrícola; serviços de investigação; fornecedores de insumos; agentes de comercialização, entre outros.

Por campanha agrícola deve entender - se um período específico do ano calendário em que se processa o cultivo de certas culturas agrícolas. Este período pode ter início num dado trimestre ou semestre do ano calendário e terminar num outro trimestre ou semestre do seguinte ano calendário.

Os serviços de investigação são normalmente levados a cabo pelo INIA no sentido de apurar as soluções para os problemas agrícolas. Depois de apuradas tais soluções elas são transferidas aos extensionistas que, por sua vez, as executam através da transferência de tecnologias aos camponeses. Um exemplo disso é a introdução da batata de polpa alaranjada no distrito de Magude, devido ao problema das secas que lá se fazem sentir. A batata de polpa alaranjada é tida como resistente às secas, contrariamente à cultura do milho, feijão nhemba, amendoim, mandioca, e hortaliças, etc. que por sua vez fazem parte dos costumes alimentares da população.

Por sua vez, o conceito de Extensão Unificada tem como principais indicadores: a Tetra Extensão; Extensão Pecuária²¹; e os serviços prestados na área da Engenharia Florestal. Segundo o MADER, a Extensão Unificada vem estimular o Desenvolvimento Rural através de várias outras componentes de trabalho ao nível da Extensão.

Numa entrevista que Carlos A. Do Rosário²² deu à revista Extensão Rural (Jan. 2000), afirmou que a Extensão Rural tem dois objectivos principais: conduzir o país à uma auto-suficiência alimentar, e a segurança alimentar. Acrescentou que este é o objectivo que vem sendo seguido desde 1994 até ao ano 2004. Por nossas palavras diríamos que estes são os objectivos básicos da Tetra Extensão.

Se admitirmos que se está a procurar cumprir com os objectivos da Extensão Rural anteriormente abordados, podemos depreender que o entendimento que se tem do conceito de Extensão Rural é basicamente o trabalho que se faz no sentido de erradicar a fome.

Em Magude existe o que o MADER define como Extensão Rural, ou melhor, o que designamos por Tetra Extensão. Este facto verifica-se com as actividades levadas a cabo pelos extensionistas. Assim nos posicionamos porque os indicadores dados ao conceito de Tetra Extensão são verificados no distrito de Magude. De recordar que fazem parte destes indicadores a existência de uma campanha agrícola; serviços de investigação; fornecedores de insumos; agentes de comercialização, entre outros. Entretanto há que sublinhar o facto desta percepção que o MADER tem de Extensão Rural, corresponder ao que os teóricos denominam de Extensão Agrícola, conforme abordaremos mais adiante. Na secção seguinte iremos problematizar a noção de Extensão Rural que fundamenta o programa a operar em Magude.

²¹ Extensão Pecuária é definida pelo MADER como os serviços pecuários prestados no meio rural, no qual se põe em prática a transferência de tecnologias ligadas à pecuária. Esta transferência é processada do extensionista às comunidades rurais.

²² Carlos Agostinho do Rosário foi ministro da Agricultura e Pescas entre 1994 – 1999.

A noção de Extensão Rural

Neste item procuraremos problematizar a noção de Extensão Rural que fundamenta o programa a operar no distrito de Magude. Para tal faremos uma confrontação entre a parte teórica e prática do conceito.

A ideia de sistema contida no conceito de Extensão Rural definido por Hawkins (1994), pretende mostrar que a Extensão Rural não se cinge apenas à uma única perspectiva como, por exemplo, a Extensão Agrícola. A Extensão Rural é, portanto, um vector de difusão de conhecimentos a vários níveis, capazes de solucionar os problemas das comunidades rurais. Para melhor nos inteirarmos deste debate sobre a noção de Extensão Rural convém-nos apresentar uma segunda definição, mas desta vez, o da Extensão Agrícola. Conforme definiu Hawkins (1994), Extensão Agrícola é o principal vector da penetração de novas tecnologias no mundo rural de modo a garantir um avanço nas inovações agrícolas. Como mais adiante iremos mostrar, há razões para crer que em Magude se tem amputado esta definição ao conceito de Extensão Rural. Por outras palavras, há razões para crer que a noção de Extensão Rural em Magude é confundida com a noção de Extensão Agrícola anteriormente definida. A título de exemplo passamos a citar a definição que Zeca Mizé – um extensionista local – deu-nos sobre a sua noção de Extensão Rural: “Extensão Rural é a expansão das tecnologias no meio rural. Essas tecnologias podem ser agrícolas, e é basicamente feita por indivíduos especializados”. Esta posição não é apenas dos técnicos. Ela encontra suporte nos documentos oficiais (a revista Extensão Rural [de Janeiro e Outubro de 2000], os relatórios e actas das reuniões e seminários nacionais de Extensão Rural [de 14 a 18 de Setembro de 1992; Junho de 1991; Abril de 2000; Outubro de 1997; Setembro de 2000], etc.) através do conceito de Tetra Extensão.

Passemos a analisar a definição que nos foi concedida pelo nosso entrevistado. Dizer que a Extensão Rural é uma expansão de tecnologias no meio rural; não é o mesmo que dizer que a Extensão Rural é um sistema de ensino apostado na difusão de conhecimentos à comunidade rural ou no meio rural. A primeira ideia está mais próxima da definição que Hawkins (1994) dá à Extensão Agrícola. Tanto na definição de Mizé como na de Hawkins (1994), está implícita a ideia de expansão de tecnologias. Os técnicos do MADER dificilmente conseguem separar o termo Extensão Rural da prática agrícola. A título de

exemplo vejamos a seguinte definição que nos foi feita por um técnico da Direcção Nacional de Extensão Rural:

A Extensão Rural é um modelo de trabalho, ou um sistema de trabalho, que tem as suas metodologias e as suas técnicas. Este sistema foi concebido na década de 80 a 90, e visa solucionar as actividades do estado seleccionadas para o sector agrícola. Entendo a extensão como um sistema no qual os técnicos fazem a intervenção no campo.

Manhiça

Esta percepção do conceito de Extensão Rural verifica-se na prática com o trabalho feito pelos extensionistas em Magude. Por outras palavras, esta percepção prende - se com o facto de os extensionistas trabalharem maioritariamente com os camponeses. Conforme dissemos no capítulo anterior, o quotidiano dos extensionistas desenrola-se nos CDR. É lá onde se faz a transferência de tecnologias agrícolas aos camponeses. Vamos a seguir descrever o processo de transferência de tecnologias.

O CDR é uma farma preparada ao lado de uma outra farma na qual os camponeses cultivam com os métodos ditos rudimentares. Nos CDR os extensionistas cultivam com base nos pacotes tecnológicos²³. Por outras palavras é lá onde os extensionistas aplicam as tecnologias agrícolas. O objectivo deste processo de trabalho é que no final da colheita os camponeses estejam convictos de que as tecnologias demonstradas no CDR são mais rentáveis em relação aos métodos (considerados rudimentares pelos extensionistas) por si usados. Portanto, dá-se por terminada o processo de transferência de tecnologias, quando os camponeses aceitam adoptar as técnicas ou os insumos agrícolas demonstrados pelos extensionistas. Este processo dá-se durante o período em que decorre uma campanha agrícola. Assim sendo, ele pode por exemplo decorrer desde Setembro de um ano calendário até Abril do seguinte ano calendário. Um exemplo do processo de transferência de tecnologia por nós observado em Magude foi o seguinte: Com o dinheiro resultante de uma contribuição, a comunidade alugou um tractor para lavrar o CDR. Lá, o extensionista (Zeca Mizé) ensinava como deviam proceder com a sementeira, ou por outra, com o

²³ Ver páginas 32/3

lançamento das sementes à terra. Ele explicava igualmente o distanciamento a ser dado entre as sementes, e o número de sementes a serem depositados em cada cova.

Durante o trabalho de campo não verificamos qualquer outra actividade dos extensionistas que não estivesse ligada à agricultura. Embora alguns extensionistas tenham-nos dito que as suas actividades vão para além da agricultura. Como exemplo, falam da gestão de conflitos locais e comunitários (problemas conjugais; acusações de maus olhares ou feitiçaria, etc), bem como das campanhas de sensibilização e prevenção à certas doenças como é o caso das DTS/SIDA²⁴. Se isto acontece em Magude, garantimos que não se processa ao mesmo nível dado a agricultura. Assim afirmamos dado que às comunidades locais conhecem os extensionistas apenas pelos trabalhos prestados na área da agricultura. Como exemplo disso, podemos citar um jovem, Augusto Chemo, por nós entrevistado. Quando lhe perguntamos que é que os homens da agricultura²⁵ faziam em Magude, respondeu-nos que ensinavam-lhes a semear, e a fazer machambas.

A agricultura é o principal vector da actividade dos extensionistas no distrito de Magude.

Comparando a teoria e a prática da Extensão Rural em Magude, constatamos que esta última não se adequa à primeira. Isto porque teoricamente a Extensão Rural é muito vasta, e dá muita atenção à todos os focos que contribuam para o bem estar sócio-económico do meio rural. Esta ideia está patente na noção de *sistema de ensino* patente na definição do conceito de Extensão Rural. Diríamos que existe em Magude a noção de *sistema de ensino*, se, por exemplo, aplicassem para além da Extensão Agrícola, as outras dimensões da Extensão Rural como por exemplo a Extensão Formativa, Extensão Persuasiva, e até mesmo a Extensão Pecuária que o MADER incluiu na Extensão Unificada. Como muito bem disse Adams (1982), o termo Extensão foi inicialmente usado em conexão com a educação há cerca de 100 anos. Assim sendo, diríamos que a noção de sistema de ensino implica uma modalidade de ensino muito abrangente, i.e., que vai para além do ensino sobre as tecnologias agrícolas. Este ensino ou educação às comunidades rurais estende-se aos conhecimentos pecuários, bem como às estratégias pelas quais elas podem descobrir os seus problemas básicos e resolverem-nos com os recursos locais. É isto que encerra a noção de *sistema de ensino*.

²⁴ Doenças de Transmissão Sexual e o Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida.

²⁵ Usamos a designação *homens da agricultura*, porque as comunidades sabem que os extensionistas trabalham para a Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Portanto desconhecem o termo extensionista.

Na prática, em Magude não existe esta noção de *sistema de ensino*. O que se tem por base no trabalho que os extensionistas fazem em Magude é a noção de *transferência de tecnologias agrícolas*. Assim sendo, concluímos esta secção com a ideia segundo a qual em Magude pratica-se uma Extensão Agrícola sob capa de Extensão Rural. Outrossim, pratica-se uma Extensão Rural que talvez poderíamos considerar de mal feita.

A Extensão Rural e a Extensão Agrícola

Neste item pretendemos fazer uma análise sobre as discrepâncias entre os conceitos de Extensão Rural e de Extensão Agrícola. Procuraremos mostrar as razões pelas quais torna-se pernicioso confundir estes dois conceitos. Para tal começaremos por apresentar as diferenças entre estes dois conceitos, e de seguida teceremos considerações sobre os fins almejados por cada um deles. Faremos menção ao conceito de Desenvolvimento Rural para ajudar na compreensão da ideia que pretendemos transmitir.

Na secção anterior definimos os dois conceitos ora em análise, por esta razão não voltaremos a defini-los. O que pretendemos mostrar, é que o conceito de Extensão Rural é mais abrangente que o da Extensão Agrícola. Isto pode-se entender claramente se considerarmos a Extensão Rural, como um pacote que engloba tanto a Extensão Agrícola, como a Extensão Formativa e Persuasiva. Portanto, estas últimas formas de Extensão estão incluídas dentro da Extensão Rural. Falando concretamente da Extensão Agrícola, diríamos por exemplo que ela é um satélite de um grande planeta – a Extensão Rural.

A Extensão Rural é teoricamente tida como um vector para o Desenvolvimento Rural. Assim sendo, o Desenvolvimento Rural é um conceito que engloba vários aspectos que reflectem o bem estar socio-económico do meio rural. A título de exemplo, podemos falar de uma dieta alimentar equilibrada; de acesso a um emprego agrícola ou não, de vestuário, de assistência médica e medicamentosa; de acesso ao ensino, desporto, aos meios e vias de comunicação; de manifestações dos usos e costumes da cultura local, etc. Por sua vez, a Extensão Agrícola está apenas virada ao Desenvolvimento Agrícola ou da agricultura, o que o MADER tem designado de Desenvolvimento Agrário. Extensão Rural (Outubro de 2000). O Desenvolvimento Agrícola consiste no aumento dos rendimentos nas farmas, sejam elas dos pequenos ou grandes farmeiros e/ou camponeses. Este aumento do rendimento na produção agrícola vem resolver necessariamente o problema da fome e/ou subnutrição. Para

o efeito, a Extensão Agrícola recorre à uma estratégia denominada transferência de tecnologias. Esta transferência de tecnologias é feita dos extensionistas aos camponeses em geral, por intermédio dos camponeses de contacto. Para que tal transferência de tecnologias seja possível é necessário que haja a componente investigativa. Neste caso, a principal entidade responsável para tal é o Instituto de Investigação Agronómica (INIA). Esta entidade investiga os mecanismos a serem empreendidos para o desenvolvimento da prática agrícola. A presença do INIA manifesta-se em Magude, através dos extensionistas. Um exemplo disto é o processo de transferência de tecnologias. Estas tecnologias são primeiramente transferidas desta instituição aos extensionistas, e estes últimos por sua vez, transmitem aos camponeses. A transferência de tecnologias feita pelos extensionistas é que reflecte a presença do INIA em Magude.

Os conceitos de Extensão Rural e de Extensão Agrícola têm objectivos diferentes como podemos anteriormente observar.

Torna-se pernicioso confundir os conceitos ora em análise, sobretudo se não levarmos em consideração os objectivos de cada um deles. É problemático confundir a Extensão Rural pela Extensão Agrícola porque em termos gerais isto pode afectar negativamente no Desenvolvimento Rural.

Em Magude, por exemplo, procurou-se reduzir a fome através da introdução da batata de polpa alaranjada. Esta cultura agrícola é tida como resistente às secas, contrariamente às culturas anteriormente cultivadas, e que fazem parte dos hábitos alimentares da população conforme mencionamos anteriormente. (ver cap. II, p.28)

As estratégias adoptadas no combate a fome vão para além da introdução de tubérculos (como por exemplo a batata de polpa alaranjada). Fazem parte das estratégias usadas, o trabalho dos extensionistas nos CDR. Isto porque não basta que o extensionista diga ao agricultor quais as culturas a produzir, mas também é preciso mostrar como devem ser cultivadas de modo a obterem maior produtividade. É nos CDR onde se desenrola esse processo de ensino e aprendizagem que se denomina de transferência de tecnologias.

À tais estratégias as autoridades denominam de Extensão Rural ou simplesmente ao que temos vindo a designar por Tetra Extensão. Como exemplo disso citemos o seguinte trecho:

A Extensão Pública em Moçambique, no contexto em que é hoje aplicada, teve o seu início no ano de 1987. De forma sucinta, o actual contexto é caracterizado por: [...] prioridade às principais culturas alimentares sem exclusão das de rendimento; definição do sector familiar como prioritário; a promoção de um maior envolvimento dos produtores e de outros actores na implementação desta actividade.

(Extensão Rural, Janeiro de 2000:3)

O que se verifica em Magude é, na sua essência, aquilo que Hawkins (1994) definiu como Extensão Agrícola. Pois o trabalho que lá se leva a cabo tem em vista a transferência de tecnologias para o meio rural, de modo a garantir maior produtividade agrícola. É esta a ideia contida na definição do conceito de Extensão Agrícola.

O problema que poderá advir da atitude tomada pela DDADR será a alteração dos hábitos culturais e alimentares locais. Isto é um problema sobretudo para alguns elementos da comunidade rural que defendem a preservação dos seus usos e costumes.

Um outro facto que surge como resultado da acção levada a cabo pela DDADR, é o esquecimento das outras componentes (para além do combate a fome), que constituem o Desenvolvimento rural. Tais componentes que fazem parte dos indicadores do Desenvolvimento Rural são por exemplo: o acesso a um emprego agrícola ou não, vestuário, assistência médica, acesso ao ensino, desporto, cultura, etc. Este facto afigura-se importante para a nossa análise, na medida em que se pretende demonstrar o impacto da compreensão problemática do conceito de Extensão Rural. Como anteriormente foi dito, a Extensão Rural não põe em causa as manifestações culturais das comunidades rurais, pelo contrário procura incentivar o Desenvolvimento Rural respeitando a cultura local²⁶.

Se considerarmos a fome como sendo um problema, então diremos que com a introdução da batata de polpa alaranjada em Magude, está-se a resolver um problema, criando-se um outro problema. O problema que se cria ao se tentar resolver um outro problema – o da fome –, é a marginalização das outras facetas (diferentes do combate a fome) do Desenvolvimento Rural; facto este que de certa forma pode afectar negativamente para o Desenvolvimento Rural. A dado momento consta-nos que o objectivo dado a Extensão Rural é o combate a fome. Ou por outra, o combate a fome e não o Desenvolvimento Rural, tem se afigurado o

²⁶ O que se verifica, é que o governo moçambicano nunca-se mostrou a favor do desmembramento dos usos e costumes locais. Isto tem-se verificado com as atitudes do Ministério da Cultura. Este ministério tem feito tudo para o insentivo da música tradicional moçambicana, entre outros aspectos que constituem o folclore nacional. Seria uma contradição se um ministério (como o MADER) do

fim último da Extensão Rural. Esta clausula é importante para o nosso argumento, dado que tínhamos como objectivo mostrar as discrepâncias entre os conceitos de Extensão Rural e de Extensão Agrícola.

Nesta secção procuramos analisar as discrepâncias entre a Extensão Rural e a Extensão Agrícola. Vimos que o Governo aparenta não distinguir os dois conceitos ora em estudo, razão pela qual tem influenciado negativamente no desenvolvimento distrital. Vamos de seguida analisar de que maneiras a Extensão Rural pode contribuir para o Desenvolvimento Rural. Poderemos constatar que os meios usados nem sempre se adequam aos fins almejados.

A relação entre os meios e os fins na Extensão Rural

Pretendemos, neste item, fazer uma análise sobre a relação entre os meios e os fins no processo da Extensão Rural. Esta secção vem responder a um dos nossos objectivos específicos a nortear este trabalho: Analisar a maneira como a Extensão Rural pode contribuir para o Desenvolvimento Rural em Magude. Por outro lado, esta secção pode-nos ajudar a responder a nossa questão de partida - *Até que ponto a Extensão Rural (mal ou bem implementada) contribui positivamente para o Desenvolvimento Rural?*

A análise consistirá no estabelecimento da relação entre duas variáveis: a Extensão Rural e o Desenvolvimento Rural. Para o efeito faremos o uso da teoria da acção clássica e contemporânea.

Para começar faremos alusão à um dos princípios que norteia a teoria da acção clássica ou mesmo a teoria das escolhas racionais. Segundo Pareto (1968), no decurso de qualquer acção social, os actores procuram num vasto leque de opções, o meio mais adequado ao fim que pretendem atingir. Só depois disso é que põem em curso a sua acção. Esta posição foi contraposta por Boudon (1984) ao afirmar que em muitos casos a racionalidade das escolhas vê-se limitada. Vê-se limitada porque o actor não encontra o meio mais adequado para atingir o seu objectivo, mas para não ficar inerte deve usar qualquer meio que estiver ao seu alcance. Isto acontece mesmo que ele tenha na consciência a ineficácia do meio por si usado:

A corrida aos armamentos ilustra uma situação deste tipo. É preferível para cada um dos antagonistas armar-se do que estar desarmado, enquanto nenhum dos dois tiver possibilidade de se assegurar de que o outro tem a firme intenção de se desarmar. Daqui resultam custos exorbitantes, evitáveis com o desarmamento recíproco. Num caso como este, a noção de racionalidade está mal definida: ao comportarem-se de maneira «racional», ambos os antagonistas contribuem para a criação de um resultado menos favorável do que aquele que poderiam obter se se comportassem de forma «irracional».

Boudon (1984:76)

Como acontece no decurso de qualquer acção social, o MADER procurou num vasto leque de opções, o meio mais eficaz para atingir o Desenvolvimento Rural. E para tal, encontrou-se aquilo que denominamos por Tetra Extensão. Este facto não se deu ao acaso. Como diria Boudon (1979), os mentores desta opção tiveram razões válidas para tal. Razões válidas são os motivos que convenceram ao actor social a agir de uma certa maneira. Isto encontra-se portanto na definição clássica de racionalidade - Segundo os clássicos é racional todo o comportamento em relação ao qual seja possível fornecer uma definição do tipo "X tinha razões válidas para fazer Y, porque..."

A título de exemplo passemos a citar um pequeno trecho que elucida as razões válidas que determinaram a escolha da Tetra Extensão pelo MADER, como um vector para o Desenvolvimento Rural:

O sector agrário em Moçambique, emprega mais de 80% da população, participando com cerca de 40% do Produto Interno Bruto, e cerca de 60% da receita das exportações.

A produção agrária é realizada por dois sectores principais: o sector empresarial e o sector familiar. Este último é constituído por cerca de 2,5 milhões de famílias que exploram cerca de 90% da área cultivada do país, representa um grande potencial para o alcance de maiores índices de produção, particularmente se for garantido acesso aos recursos essenciais e os conhecimentos para o aumento da sua produção e produtividade.

PROAGRI (2000)²⁷

²⁷ República de Moçambique; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; PROAGRI;

O que a teoria da acção clássica defende, é que nem sempre os meios escolhidos pelos actores sociais conduzem necessariamente aos fins almejados. É nesta acepção em que Pareto (1968) denomina toda acção social como sendo não lógica. Para ele as acções são lógicas quando os meios usados adequam-se necessariamente aos fins almejados. Isto não acontece senão na acção do engenheiro que age em função do cálculo matemático. Por esta razão o resto da acção social é não lógica. Na acção social os meios podem-se adequar aos fins almejados, mas não necessariamente. Isto acontece porque os actores sociais não estão em condições de escolher exaustivamente o meio mais adequado para o fim que pretendem atingir.

Um exemplo que damos é o caso de Magude. Neste distrito, tem-se como meio para o Desenvolvimento Rural a Tetra Extensão. Merece sublinhar que o conceito de Tetra Extensão corresponde ao que Hawkins (*ibidem*) definiu como Extensão Agrícola. Mas nesta secção preferimos usar o conceito de Tetra Extensão (ao invés da Extensão Agrícola) devido a sua peculiaridade. A Tetra Extensão é uma estratégia que não é muito eficaz para a promoção do Desenvolvimento Rural.

A Tetra Extensão não se tem mostrado um meio eficaz para o Desenvolvimento Rural porque na sua implementação em Magude, ele corresponde ao conceito de Extensão Agrícola. E não ao conceito de Extensão Rural. Conforme vimos na secção anterior, a Extensão Agrícola por ser uma componente de um todo – a Extensão Rural – está longe de conduzir ao Desenvolvimento Rural. Não queremos com isto negar a possibilidade de a Extensão Agrícola ser um meio, talvez o mais eficaz para o Desenvolvimento Rural. Mas se admitirmos um cálculo probabilístico, diremos que a Extensão Rural como um conceito mais abrangente que a Extensão Agrícola, está em melhores condições de ser o meio mais eficaz para o Desenvolvimento Rural.

Um exemplo dessa inadequação da Tetra Extensão ao Desenvolvimento Rural verifica-se com as secas que assolam o distrito de Magude. Apesar dos serviços feitos pelos extensionistas, verificam-se extensas paisagens de culturas de milho secas. Ao invés de se enfrentar as secas evitando-se a agricultura de sequeiro (como se fez em Chinavane –

distrito vizinho), o MADER preferiu bloquear a cultura alimentar habitual, introduzindo o cultivo de tubérculos. Desta forma, prevalece ainda a agricultura de sequeiro, que não é tão favorável à prosperidade agrícola. O que pretendemos dizer, com isto, é que o conceito de Tetra Extensão resume-se naquilo consideramos ser Extensão Agrícola. Assim sendo, em Magude é posta de parte a Extensão Rural, devido a percepção problemática que se tem sobre o conceito.

De uma maneira geral, a Tetra Extensão em Magude tem como fim último combater a fome e não promover o Desenvolvimento Rural – como é o objectivo da Extensão Rural. Como exemplo disso temos as declarações de Carlos A. do Rosário (Extensão Rural, Janeiro de 2000). Neste caso estamos perante uma inadequação dos meios usados para se atingir o Desenvolvimento Rural. Isto porque ao se concentrarem as atenções especificamente à Tetra Extensão, as outras facetas importantes para o Desenvolvimento Rural são negligenciadas. Esta é apenas uma das razões centrais constatadas. Existem outros factores que podem contribuir para o fracasso do Desenvolvimento Rural. Por exemplo segundo as constatações apuradas na segunda Reunião Nacional de Extensão Rural:

- Existe um baixo nível instrucional (técnico, científico e profissional) do extensionista, como reflexo dos actuais conteúdos dos programas de formação das escolas agrárias;
- Falta de tradição dos Serviços de Extensão em Moçambique
- Não está a ser observada a aplicação dos critérios de selecção dos extensionistas.
- Falta de incentivo ao extensionista, que trabalha em condições muito exigentes;
- O programa de formação pré-serviço dos extensionistas é de curta duração e desligado da realidade no campo (é muito teórico)

DNDR (1992:11)

Aos dados anteriormente apresentados chamaremos de catalisadores da Extensão Rural. Chamamo-los de catalisadores pelo facto de serem elementos capazes de incentivar e acelerar o processo de Desenvolvimento Rural, quando tomados em conta durante a Extensão Rural. Podemos, portanto, distinguir os catalisadores positivos e os catalisadores negativos. Os positivos são aqueles que influenciam positivamente para o Desenvolvimento Rural, o seu oposto são os catalisadores negativos.

Os catalisadores da Extensão Rural são vários, alguns dos quais, estão longe da imaginação humana. É preciso um estudo muito profundo e longo para detectar exaustivamente todos os catalisadores da Extensão Rural.

Acabamos de apresentar a maneira como a Extensão Rural pode contribuir para o Desenvolvimento Rural. Vimos que ela, como um meio em si, não pode conduzir necessariamente ao Desenvolvimento Rural. Isto acontece devido a vários factores, os quais denominamos por catalisadores da Extensão Rural. Se se conseguisse ajustar todos os catalisadores necessários, diríamos que a Extensão Rural conduziria indubitavelmente ao Desenvolvimento Rural. No capítulo que se segue apresentaremos as conclusões finais do nosso trabalho. Veremos então que em Magude está-se longe de atingir o Desenvolvimento Rural, enquanto a DDADR continuar a trabalhar como de momento o faz. Pois prioriza apenas uma componente da Extensão Rural, desconsiderando também os catalisadores da mesma.

Capítulo IV

Conclusão

No presente estudo, procuramos efectuar uma análise sobre a relação entre a Extensão Rural e o Desenvolvimento Rural. Este trabalho foi realizado no distrito de Magude através de um estudo de caso.

Tivemos como fio condutor deste estudo a seguinte questão de partida: *Até que ponto a Extensão Rural (mal ou bem implementada) contribui positivamente para o Desenvolvimento Rural?*

No decurso do nosso trabalho preocupamo-nos mais em demonstrar que em Magude não se faz Extensão Rural, e não em responder directamente a nossa questão de partida. Isto deveu-se à natureza da nossa primeira hipótese. Esta hipótese pode ser testável num curto espaço de tempo contrariamente a segunda. Assim sendo, procuramos a todo o custo demonstrar os dados e os argumentos que validaram a nossa primeira hipótese. Isto não retira a possibilidade de respondermos a nossa questão de partida, pois existe uma interligação entre a questão de partida, os objectivos e as hipóteses do nosso trabalho.

Como resposta à nossa questão de partida diremos o seguinte: da maneira como a Extensão Rural é praticada em Magude, os resultados do Desenvolvimento Rural serão pouco significativos. Isto porque existe uma visão problemática do conceito de Extensão Rural. Assim sendo, a Extensão Rural é reduzida à Extensão Agrícola, o que limita a possibilidade de se buscarem outras estratégias que contribuam para o Desenvolvimento Rural. Esta resposta encerra, em si mesma, a validação de duas hipóteses.

Em primeiro lugar, confirmamos que o conceito de Extensão Rural em Magude é problemático, o que faz com que no distrito não seja feita a Extensão Rural, mas sim, a Extensão Agrícola. Este facto pode de certa maneira contribuir negativamente para o Desenvolvimento Rural. São remotas as possibilidades de se desenvolver o distrito de Magude pela via da Extensão Agrícola, pois esta é uma das componentes da Extensão

Rural. O nosso argumento é que *a parte não substitui o todo*.

Em segundo lugar, temos a sublinhar que os meios não se adequam necessariamente aos fins almejados. Assim sendo, a própria Extensão Rural não conduz necessariamente ao Desenvolvimento Rural. Desta feita podemos concluir que quanto mais limitada for a sua implementação (o uso de apenas uma componente), mais remota é a possibilidade de conduzir ao Desenvolvimento Rural.

Uma outra conclusão a que chegamos é de que no distrito de Magude a DDADR se tem como fim último, o combate a fome e não o Desenvolvimento Rural. E para tal usa-se como meio a Tetra Extensão. Este facto vem sobretudo contradizer o que alguns documentos oficiais²⁸ dizem. Dado que estes afirmam que o objectivo do MADER é promover o Desenvolvimento Rural.

A eficácia da Extensão Rural passa pela consideração de vários factores (os quais chamamos de catalisadores) dentro dos quais se destacam: a corrupção; o nível de formação dos técnicos de extensão; o incentivo à eles dado; os moldes em que se processa a investigação; a disponibilidade dos recursos financeiros; a percepção que o Governo tem sobre o conceito de Extensão Rural, etc. Satisfeitas todas as condições necessárias à Extensão Rural, ela conduziria necessariamente ao Desenvolvimento Rural. Mas porque os actores sociais não estão em condições de identificar exaustivamente e agregar todos os catalisadores necessários à Extensão Rural, diríamos na linguagem paretiana que o Desenvolvimento Rural seria ou será uma contingência.

Das três hipóteses que nortearam este estudo, duas foram confirmadas e uma foi infirmada. A terceira hipótese foi a seguinte: Quanto mais se levar em conta as outras facetas da Extensão Rural (a participação comunitária; a descentralização; a coordenação intersectorial; e a pesquisa-acção sistemática) durante a Extensão Agrícola, maior é a possibilidade de se chegar ao Desenvolvimento Rural. Esta hipótese foi infirmada porque o que foi considerado como facetas da Extensão Rural são na realidade os catalisadores a serem consideradas no âmbito da Extensão Rural. As facetas da Extensão Rural são, portanto, a Extensão Formativa, a Extensão Persuasiva, Extensão Informativa, e a Extensão Agrícola.

O nosso estudo observou certas limitações que contribuíram para a não profundidade desta

investigação.

Em primeiro lugar, não conseguimos entrevistar toda a amostra pretendida. Apenas conseguimos entrevistar 53,3% dos indivíduos, num universo pré - seleccionados. Isto deveu-se ao facto de um número significativo das comunidades locais expressar-se em changana - idioma do qual não dominamos. Um factor adicional à estes constrangimentos prende-se com a ocupação dos extensionistas. Na altura do nosso trabalho de campo, a maior parte dos extensionistas encontrava-se fora da vila distrital de Magude, em missão de serviço.

Em segundo lugar, o nosso tempo de permanência em Magude foi muito curto, razão pela qual contribuiu para que não pudéssemos entrevistar um número significativo dos extensionistas. O curto tempo de permanência em Magude deveu-se a falta de recursos financeiros que pudessem custear a nossa estadia.

O facto de não termos entrevistado o total da amostra seleccionada, contribuiu negativamente para o nosso trabalho, dando-lhe uma fraca base empírica. Esta fraca base empírica consiste no défice de informações a serem analisadas no sentido de sustentar o nosso argumento. Como forma de atenuar o problema da fraca base empírica, recorreremos à vários documentos oficiais, que nos forneceram dados importantes para o nosso estudo. Fazem parte desses documentos oficiais, os relatórios dos seminários e reuniões nacionais de Extensão Rural, bem como uma revista trimestral (intitulada Extensão Rural) publicada pelo MADER.

Constatamos igualmente que existem poucas publicações nacionais sobre a Extensão Rural, com um carácter analítico. Isto dificultou-nos de certa forma a encontrar algum suporte que fortalecesse o nosso argumento. Para superar este problema tivemos que analisar os dados recolhidos, à luz das teorias e estudos desenvolvidos fora do país.

Assim, damos por terminado o nosso estudo relativo à Extensão Rural no distrito de Magude.

Referências bibliográficas

Adams, M. (1982), *Agricultural Extension in Developing Countries*; England, Longman, Harlow

Augusto, L. (1994), *A Extensão Rural em Moçambique: Breve historial*; Moçambique

Aron, R. (1992), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Bagchee, A. (1994), *Agricultural Extension in Africa*, Washington, DC, (World Bank discussion paper, ISSN 0259-210 X)

Biggs, S. & Farrington, J. (1991), *Agricultural Research and the Rural Poor*, Canada, IDRC

Boon, A. et al (1997), *Participação e estratégias de extensão*, Maputo

Boudon, R. (1984), *O lugar da desordem*, Lisboa, Dradiva

Boudon, R. (1995), *Tratado de sociologia*, Lisboa, Edições ASA

Cleaver, K. (1993), *A strategy to Develop Agriculture in Sub-Sahara Africa and a focus for the World Bank*; Africa Technical Department. Washington, D.C, World Bank

CONSELHO DE MINISTROS (2000), *Abordagem de Desenvolvimento rural em Moçambique*, Maputo

Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (1992), *II Reunião Nacional de Extensão Agrária*, Maputo

Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2000), *Relatório do Primeiro Trimestre 2000*, Lichinga

Droy, I. (1990), *Femmes et développement rural*, Éditions Karthala, Paris

Gebregziabher, B.(1975), *Integrated Rural Development in Ethiopia*. An evaluative study of Chilalo Agricultural Development Unit. Blogmington: International Development Research Center. PASITAM. University of Indiana

Hawkins, H. et al.(1994), *La vulgarisation rurale en Afrique*, Editions Karthala et CTA, Nigeria

Lele, U. (1980), *Le développement rural, L 'expérience africaine*, (sl.) Économica

MADER (Janeiro de 2000), *Extensão Rural*, Maputo

_____ (Outubro de 2000), *Extensão Rural*, Maputo

Maunder, A. (1973), *Agricultural extension: A reference manual*, Abridged Edition, Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations.

Mazive, E. (1995), *Desenvolvimento Rural em Boane e Moamba*, Maputo, UEM

Ministério da Agricultura; Serviços de Extensão Agrária (1991), *III Seminário Nacional de Extensão Agrária: Constatações e Recomendações*; (sl)

Mussoi, E. (1985), *Plano de extensão rural para apoio às Zonas Verdes da cidade da Beira*; (sl.)

Pareto, V. (1969), *Traité de sociologie générale*, 1 vol. in Aron, R. (1992), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

PARPA - *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta*

Pélissier, R. (1994), *História de Moçambique*, Lisboa, Editorial Estampa

PROAGRI (1997), *Componente Extensão*, Maputo

_____ (2000), *Componente Extensão Rural*, Maputo

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (1999), – Moçambique

Schall, N. (1998), *Interligação da planificação da aldeia à planificação distrital: ampliar a planificação ao nível de aldeia dois potenciais modelos de integração*, Maputo

Swanson, B. (1981), *História e evolução da Extensão Rural*, in *Extensão Rural: Manual de referência*, 2ª ed. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; FAO

Weber, M. (1991), *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Moraes

Pesquisa bibliográfica

Adams, Y. (sd.), *ajudar a quem se ajuda a si próprio: iniciativas locais de desenvolvimento em Moçambique*,(sl.) CEA, UEM ,73 / C

Adams, M. (1982), *Agricultural Extension in Developing Countries*, England, Longman, Harlow

Akesson, G. (1996), *A participação nas actividades de Extensão Agrária: Moatize, Angónia e*

Tsangano, Província de Tete, Moçambique; Tete: DPAP/DANIDA

Alexander, J. (1995), *Political change in Manica Province: Implications for the Decentralization of power*, Oxford University/ Friedrich Ebert Stiftung, Maputo

Alves, M. & Vasconcelos, L. (s.d), *Estratégias de comunicação para Extensão*, Maputo, DNDR

Augusto, L. (1994), *A Extensão Rural em Moçambique: Breve historial*, Moçambique

_____ (1993), *Metodologia de Extensão Agrária*, Moçambique, DNDR

_____ (1993), *Metodologia de Extensão Rural*; Maputo, CFA/MINAGRI

Aron, R. (1992), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Associação Moçambicana para a Conservação da Fauna Bravia (s.d), CEA, Pasta nº 967.9 Cota:15/M

Bagchee, A. (1994), *Agricultural Extension in Africa*, Washington, DC; (World Bank discussion paper, ISSN 0259-210 X)

- Ban, A. & Hawkins, H. (1988), *Agricultural Extension*, (sl.)
- Beal, G. et al. (1966), *Social Action and Interaction in Program Planning*
- Bennett, C. (1976), *Analyzing Impacts of Extension Programs*; Washington, DC: USDA Extension Service
- Biggs, S. & Farrington, J. (1991), *Agricultural Research and the Rural Poor*; Canada, IDRC
- Boon, A. et al (1997), *Participação e estratégias de extensão*, Maputo
- Boon, A. et al (1999), *Dinâmica das organizações no ambiente rural*, Maputo;FAEF/ Programa NECTAR
- Bordenave, J. (1983), *O que é comunicação Rural? SP*, Editora Brasilense
- Bordenave, J. (1985), *Extensão Rural: Modelos e Métodos* RJ - UFRRJ
- Boswijk, M. (1993), *Agricultural Extension in Zambézia, Mozambique: Models, strategies and farmer's realities - A case study*, Wageningen Agricultural University (Tese para a obtenção do grau de mestrado)
- Boudon, R. (1984), *O lugar da desordem*; Lisboa, Dradiva
- Boudon, R. (1995), *Tratado de sociologia*, Lisboa, Edições ASA
- Buttei, F. et al. (1986), *The Rural Sociologies*, (sl.)
- Carrilho, J. (1999), *Desenvolvimento rural, Descentralização, Participação popular e comunicação social*, (sl.)

Carlsen, J. (1980), *Economic and Social Transformation in Rural Kenya*, Uppsala;

Chambers, R. (1983), *Rural Development. Putting the Last First*, Longman, Essex

Chambers, R. (1974), *Managing Rural Development*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies

Chantran, P. (1973), *La vulgarisation Agricole en Afrique noir et à Madagascar*, Maisonneuve & Larose, Paris.

Cleaver, K. (1993), *A strategy to Develop Agriculture in Sub-Sahara Africa and a focus for the World Bank*; Africa Technical Department. Washington; D.C; World Bank

Cohn, G. & Fernandes, F. (1991), *Weber: sociologia*, São Paulo, Editora Ática

CONSELHO DE MINISTROS (2000), *Abordagem de Desenvolvimento rural em Moçambique*, Maputo

Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (1992), *II Reunião Nacional de Extensão Agrária*, Maputo

Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2000), *Relatório do Primeiro Trimestre 2000*, Lichinga

Droy, I. (1990), *Femmes et développement rural*, Éditions Karthala, Paris

Evenson, R. (1986), The economics of agricultural extension, in Jones, G.E.(ed.), *Investing in Rural Extension: Strategies and goals* (London: Elsevier), pp. 65-87

Ferrinho, F. (1997), *ONG's Locais: Que sustentabilidade, reflexões sobre uma experiência*, Maputo, LINK / FOC

- Filho, E. & Fernandes, F. (1983), *Simmel : sociologia*, São Paulo, Editora Ática
- Gebregziabher, B.(1975), *Integrated Rural Development in Ethiopia*. An evaluative study of Chilalo Agricultural Development Unit. Blogmington: International Development Research Center. PASITAM. University of Indiana
- Haggblade, S. & Hazall, J. (1989), “Farm non-farm linkages in rural Sub-Saharan Africa”, *World Development*, (sl)
- Hawkins, H. et al.(1994), *La vulgarisation rurale en Afrique*; Editions Karthala et CTA, Nigeria
- Hodgson, G. M. (1994), *Economia e instituições*, Oeiras, Celta
- Jones, G. & Rolls, M. (eds)(1982), *Extension and Relative Advantage in Rural Development. Progress in Rural Extension and Community Development*, Chichester: Wiley, Vol. 1.
- Kayser, B. (s.d.) *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde Occidental*, (s.1.)
- Lele, U. (1980), *Le développement rural, L ‘expérience africaine*, (sl.) Éconómica
- Lutz, M. A. & Lux, K. (1979), *The Challenge of humanistic Economics*, Menlo Park, California: Benjamin/ Cummings
- Macdonald, I. & Hearle, D. (1984), *Communication skills for rural development*, Nairobi: Evans Brother Limited
- MADER (Janeiro de 2000), *Extensão Rural*, Maputo

_____ (Outubro de 2000), *Extensão Rural*, Maputo

Matsinhe, J. (1997), *A participação do sector privado nas actividades de Extensão: Modalidades e Perspectivas*, Maputo, Ministério da Agricultura e Pescas

Maunder, A. (1973), *Agricultural extension: A reference manual*, Abridged Edition; Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations.

Mazive, E. (1995), *Desenvolvimento Rural em Boane e Moamba*, Maputo, UEM

Ministério da Agricultura; Serviços de Extensão Agrária (1991), *III Seminário Nacional de Extensão Agrária: Constatações e Recomendações*; (sl)

Moore, M. & Adam, Y. (1988), *Projecto 22, Zonas verdes da cidade da Beira, 1985-1986* (relatório de avaliação), (sl.)

Mozambique, (sd.), (*translated from German*); *GTZ and Research Programme Development Policy*, University of Bielefeld, Germany

Mussoi, E. (1995), *Plano de extensão rural para apoio às Zonas Verdes da cidade da Beira*; (sl.)

Oakley, P. & Garforth, C. (s.d), *Guia para formação em extensão*, Maputo

Pareto, V. (1969), *Traité de sociologie générale*, 1 vol. in Aron, R. (1992), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa; Publicações Dom Quixote

PARPA - *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta*

Pélissier, R. (1994), *História de Moçambique*, Lisboa, Editorial Estampa

PROAGRI (1997), *Componente Extensão*, Maputo

_____ (2000), *Componente Extensão Rural*, Maputo

Província do Niassa (1989), *Serviços provinciais de Extensão Rural*, CEA, Pasta nº 967.9; Cota: 73/B

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (1999) – Moçambique

Schall, N. (1998), *Interligação da planificação da aldeia à planificação distrital: ampliar a planificação ao nível de aldeia dois potenciais modelos de integração*, Maputo

Simmel, G. (1978), *The Philosophy of Money*, traduzido por T. Bottomore e D. Frisby da edição alemã de 1900 (Londres: Routledge and Kegan).

Spedding, C. (1998), *An Introduction to Agricultural System*. Barking: Elsevier Applied Science.

Swanson, B. (1981), *História e evolução da Extensão Rural*; in *Extensão Rural: Manual de referência*, 2ª ed. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO

Sweet, C. (1978), *Perspectives on the Process approach to rural development*; Washington, DC. Development Alternatives, INC, Occasional Paper

Weber, M. (1971), *O Estado Nacional e a política económica*. 3. Ed. Ampliada. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), p. 2-25.

Weber, M. (1991), *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Moraes

Wilkening, E. (1958), *Rural Sociology*, (sl.)

Wuyts, M. (1978), *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*, Maputo: UEM-CEA

Yeshawalulul, Y. (1994), *Metodologia de Extensão para o estabelecimento de uma rede de extensão agrária*, Maputo

Anexos

Guião de entrevistas semi-estruturadas

Às comunidades locais

- Há quanto tempo vive aqui?

Alternativas:

Desde quando é que mora neste local?

Quando é que veio morar aqui?

Objectivo:

Introduzir a conversa.

- Diga há quanto tempo os homens da agricultura²⁹ têm trabalhado convosco?

Alternativas:

Desde quando é que os homens da agricultura têm vos ajudado?

Quando é que começaram a receber ajuda da Direcção Distrital da Agricultura?

Objectivo:

Estimar o período em que a Extensão Rural foi introduzida no distrito.

- Que é que os homens da agricultura fazem aqui?

Alternativas:

Como é que os homens da agricultura têm vos ajudado?

Que tipo de ajuda os homens da agricultura vos dão?

Objectivo:

Saber se existe em Magude a Extensão Agrícola ou Extensão Rural;

Saber se eles (as comunidades locais) consideram como ajuda, os serviços de Extensão.

- Em que vos ajuda o trabalho dos extensionistas? Será que esta ajuda resolve os vossos problemas? Quais são os vossos problemas? Em que medida a sua vida mudou com a introdução deste projecto?

Alternativa:

A ajuda que vos dão resolve os problemas das vossas machambas (Identificar os problemas)?

Objectivo:

²⁹ Aos homens da agricultura referem-se aos extensionistas.

Saber como os camponeses avaliam a extensão rural.

- Quando é que tem contacto com os homens da agricultura?

Alternativas:

Em que momentos é que aparecem os homens da agricultura?

Qual é a altura em que os homens da agricultura vem ter convosco?

Objectivo:

Identificar as circunstâncias em que os extensionistas põem em prática as suas actividades.

- Na resolução dos vossos problemas, têm havido decisões conjuntas entre as autoridades tradicionais e os homens da agricultura?

Alternativa:

Os homens da agricultura têm entrado em acordo com as autoridades tradicionais na resolução dos vossos problemas?

Objectivo:

Saber se existe o método participativo³⁰ no acto da Extensão Rural.

- À quem os homens da agricultura vão perguntar os vossos problemas?

Alternativas:

Quando chegam os homens da agricultura a quem se dirigem primeiro?

Os homens da agricultura perguntam a qualquer indivíduo sobre os vossos problemas?

Se não, especifique as pessoas.

Objectivo:

Conhecer (para poder descrever) a estrutura de articulação entre o projecto e a comunidade local.

³⁰ Ver a operacionalização do conceito de participação na página 6.

À direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- Há quanto tempo está a operar o projecto de Extensão Rural em Magude?

Alternativas:

Desde quando é que a Extensão Rural começou a ser posta em prática no Distrito de Magude?

Há quanto tempo é que Magude se beneficia da Extensão Rural?

Objectivo:

Iniciar a conversa.

- Quais são os problemas que se vivem no Distrito de Magude?

Alternativas:

Quais os problemas que o Distrito enfrenta na sua opinião?

Como pode caracterizar as dificuldades que o Distrito atravessa?

Objectivo:

Perceber a definição oficial do problema de Magude, definição essa que está por detrás do projecto.

- Que pensa da agricultura local? Acha que as culturas são as mais adequadas? Acha que os métodos são os mais adequados? Pode explicar porquê?

Alternativas:

Que é que acha da prática agrícola local em relação as condições que julga favorecerem para a prosperidade agrícola?

Que acha da relação entre o clima, as condições do solo, e a prática agrícola no distrito?

Objectivo:

Saber como a extensão rural intervém no meio local.

- Para além dos problemas ligados a agricultura, que mais faz aqui?

Alternativa:

Quais são os outros problemas nos quais os extensionistas têm-se ocupado em resolver por além da agricultura.

Objectivo:

Avaliar a dimensão ou limitação da Extensão Rural no Distrito de Magude.

- Como é que os extensionistas identificam os problemas comunitários?

Alternativa:

Através de que mecanismos os extensionistas conseguem identificar os problemas de uma certa comunidade?

Objectivo:

Saber como o projecto define o problema.

- Com quem trabalham? É com a população directamente? É com seus representantes?

Alternativas:

Existe algum papel desempenhado pelas autoridades tradicionais no âmbito da Extensão Rural? Qual?

Qual o contributo das autoridades tradicionais na Extensão Rural?

Objectivo:

Conhecer a estrutura de articulação com a comunidade local.

Ao Ministério da Agricultura

- Como define a extensão rural?

Alternativas:

Do ponto de vista do Governo qual é a sua noção de Extensão Rural?

Qual é a sua percepção sobre o conceito de Extensão Rural?

Objectivo:

Introduzir a conversa.

Identificar a noção governamental de Extensão Rural.

- Como tem sido praticada a extensão rural?

Alternativas:

Pode descrever a prática da Extensão Rural?

Quais as modalidades em que a Extensão Rural é praticada?

Objectivo:

Conhecer as modalidades segundo as quais a Extensão Rural é praticada

- No processo da Extensão Rural quais são as prioridades dadas pelo Governo?

Alternativas:

Que é que o governo mais prioriza no processo da Extensão Rural?

Qual é a área mais priorizada na Extensão Rural?

Objectivo:

Confrontar as prioridades mencionadas pela literatura, e as prioridades mencionadas pelos funcionários do Ministério da Agricultura.

- Qual é o papel da agricultura na Extensão Rural?

Alternativas:

Que papel desempenha a agricultura para a Extensão Rural?

Que relação estabelece entre a agricultura e a Extensão Rural?

Objectivo:

Saber os motivos pelos quais é valorizada a agricultura na Extensão Rural.

- Que relação estabelece entre a Extensão Agrícola e a Extensão Rural?

Alternativa:

Que é que existe (do seu ponto de vista) de convergente e de divergente entre a Extensão Agrícola e a Extensão Rural?

Qual é a percepção que tem sobre os conceitos de Extensão Agrícola e Extensão Rural?

Objectivo:

Saber qual a diferenciação que o Governo faz sobre os conceitos de Extensão Agrícola e Rural.

- Que é que acha da biotecnologia para a agricultura em Moçambique?

Alternativa:

Qual o seu posicionamento, em relação a ideia do uso de sementes geneticamente modificadas?

Objectivo:

Saber o posicionamento do Governo em relação ao uso de tecnologia de ponta na agricultura nacional.

- Por além da Extensão Agrícola que mais fazem?

Alternativa:

Existem outras áreas por além da Extensão Agrícola, em que a Extensão Rural opera?

Objectivo:

Conhecer as outras áreas da Extensão Rural consideradas pelo Governo.

Amostra dos entrevistados

- *Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural*

Dois (2) entrevistados: Dois técnicos da Direcção Nacional de Extensão Rural.

- *Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural*

Cinco (5) entrevistados: Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural; o seu adjunto; e três (3) extensionistas.

- *Comunidades rurais*

Oito (8) entrevistados: camponeses, pequenos comerciantes, criadores de gado, etc

Operacionalização*Participação comunitária*

. O conceito de participação com o qual me identifico é definido por Ban, H. (1994), um dos autores de *La vulgarisation rurale en Afrique*, ao afirmar que ela " é o envolvimento dos representantes da comunidade rural nos processos de decisão no concernente aos objectivos; ao grupo alvo; a mensagem; aos métodos; e às organizações dos serviços de extensão." ³¹

Conceito	Dimensão	Indicadores
<i>Participação Comunitária</i>	<i>Representantes da comunidade</i>	<i>Autoridades tradicionais, secretário do bairro, chefes religiosos, etc.</i>
	<i>Serviços de extensão</i>	<i>Técnicos de extensão, extensionistas, especialistas, INDER³², ONGs³³, MADER³⁴, etc.</i>
	<i>Decisão conjunta sobre a ER³⁵</i>	<i>Objectivos, grupo alvo, mensagens, métodos, organizações, etc.</i>

³¹ Ban, H. et al (1994) *La vulgarisation rurale en Afrique*; Editions Karthala et CTA, Nigeria

³² Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural

³³ Organizações Não Governamentais

³⁴ Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

³⁵ Extensão Rural

Programa de Trabalho de Campo

Em que vai consistir

O trabalho de campo consistirá numa pesquisa que terá como base as conversas informais, incluindo as entrevistas não estruturadas. Terei estas conversas informais e entrevistas não estruturadas com alguns membros das comunidades rurais do Distrito de Magude, bem como com os funcionários da Direcção Distrital da Agricultura do Distrito de Magude e os funcionários do Ministério da Agricultura na cidade de Maputo. Seleccionei estes indivíduos porque constituem uma variedade dos intervenientes no processo de Extensão Rural. Variedade esta que vai desde a organização central ao nível ministerial; à organização do governo distrital, até ao grupo alvo que são as comunidades locais. Desta forma poderei recolher informações de diversas sensibilidades que irão de acordo com o nível de informação e de instrução dos entrevistados.

Para tal será necessário a permanência no Distrito de Magude por um período de um mês. Porque até ao momento não dispomos de algum financiamento, esperamos que o trabalho será feito por meios próprios, i.e com base nos recursos que estiverem ao nosso alcance.

Como?

O trabalho de campo será acompanhado de um registo de dados, que será constituído pelas ideias do grupo alvo em relação a temática em estudo, bem como algumas fotografias que espelham a realidade vivida no Distrito de Magude.

O registo dos dados que têm a ver com as ideias do grupo alvo será feito com base no material disponível até a altura (gravadores, bloco de notas entre outros). As suas declarações poderão ser gravadas em fita magnética, ou serão tomados apontamentos num bloco de notas.

Quando ?

O trabalho de campo terá lugar em Fevereiro de 2003. Escolheu-se este período que é para melhor se adequar a restante programação do trabalho de licenciatura.

Resultados esperados

Espero naturalmente poder encontrar dados que confirmam as minhas hipóteses. Por exemplo poderei constatar que existe em Magude uma percepção problemática do conceito de Extensão Rural, que de certa maneira afecta no desenvolvimento distrital. Poderei igualmente constatar que em Magude faz-se mal a Extensão Rural, pelo facto de não levarem em consideração as condições culturais, climatéricas, e o estado de fertilidade dos solos.

Poderei notar que o pessoal técnico da Direcção Distrital da Agricultura tem uma visão muito limitada do conceito de Extensão Rural, cingindo-se apenas à Extensão Agrícola.

Segundo uma sondagem que fiz ao Distrito, verifiquei que apesar das comunidades dedicarem-se a agricultura de subsistência, eles são culturalmente pastores, dedicando-se principalmente a criação do gado bovino e caprino. Isto está a tornar-se mais evidente, na medida em que opera no distrito um programa de repovoamento pecuário para compensar o gado perdido durante as cheias do ano 2000.

Modo de avaliação dos resultados

Em primeiro lugar farei uma análise de conteúdo. No meu entender, a análise de conteúdo é a designação dada à uma variedade de diferentes perspectivas de análise e estudo de textos, desenvolvida por diferentes tradições teóricas e disciplinares (linguística, semiótica, etnometodologia, pós-estruturalismo, etc). Segundo Rosalind Gill (1996)³⁶ é útil pensar na análise de conteúdo como tendo quatro temas principais: uma preocupação com o discurso em si; visão do idioma como algo construtivo e construído; ênfase no discurso como uma forma de acção; e uma convicção na organização retórica do discurso. Os quatro itens anteriormente delineados, serão usados para analisar a visão que os entrevistados têm sobre a Extensão Rural. Numa análise de conteúdo como a que pretendo levar a cabo, há mais itens por considerar, como por exemplo as expressões faciais, o estado de disposição do entrevistado, e até mesmo o silêncio versus o que não foi dito pelo entrevistado. Isto é importante porque na análise de conteúdo não é aconselhável que nos deixemos convencer pela transparência dos factos; pelo obvio; pela claridade; etc. É preciso tomar sempre uma atitude céptica, fazendo a nós próprios interrogações constantes como por exemplo porquê é ele disse assim e não assado? Porquê o seu silêncio nesta ou naquela circunstância? Porquê é que eu acho que ele devia dizer isto mais aquilo e não...?; Porquê é que acho que ele não disse isto e disse aquilo? Porquê é que ele pensa assim e não...?; etc. Na análise de conteúdo o silêncio também fala.

³⁶ Gill, R. (1996) "Discourse analysis: practical implementation", in J. Richardson (ed.), *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences*. Leicester: British Psychological Society.

Em segundo lugar confrontarei os resultados da análise de conteúdo, com a operacionalização dos principais conceitos (Extensão Rural, Extensão Agrícola, e o Desenvolvimento Rural) bem como com a informação recolhida da revisão bibliográfica. A operacionalização dos conceitos principais a serem usados servirá de matrix para testar se os dados recolhidos encaixam-se a ela ou não. Assim sendo a confrontação dos dados recolhidos e filtrados pela análise de conteúdo, passará por avaliar a sua adequação aos conceitos operacionalizados. Depois disto poderei por exemplo inferir que com base na definição que usei para a Extensão Rural, em Magude existe de facto um projecto a trabalhar positivamente na área extensionista. Poderei igualmente concluir que os meios usados na Extensão Rural em Magude adequam-se aos fins dados; isto porque segundo os dados ou informação colhida dos relatórios quer seja da administração distrital ou não, mostram indicadores que espelham o Desenvolvimento Rural segundo a minha matrix.

Finalmente tirarei as minhas conclusões.